

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 182

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Élio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luciana Rafagnin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 057/2001

Curitiba, 30 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa,

incluso anteprojeto de lei objetivando alterar os dispositivos que menciona, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O plano de lei ora submetido a esse egrégio Poder legislativo, consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, segundo esclarece a Secretaria de Estado da Fazenda, em expediente a mim dirigido, objetiva:

“I - suprir o estado de recursos para que o mesmo possa cumprir os seus objetivos institucionais;

II - propiciar o atendimento dos dispêndios determinados constitucionalmente;

III - manter as finanças públicas estaduais consentâneas ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

IV - igualar a carga tributária geral do Estado do Paraná à vigente no Estado de São Paulo;

V - arrecadar recursos para ampliar e melhorar o atendimento à população carente.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

Alteração 1ª - O inciso IV do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - alíquota de 18% para os demais serviços, bens e mercadorias.”

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os incisos V e VI ao artigo 14, com a seguinte redação:

“V - alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a) gasolina;
- b) álcool anidro para fins combustíveis;
- c) energia elétrica;
- d) prestações de serviço de comunicação;
- e) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;
- f) fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;

VI - alíquota de 13% (treze por cento) para as operações com óleo diesel”.

Alteração 3ª - Ficam revogadas as alíneas “a”, “d”, “f”, “g”, “h” e “i” do inciso I e a alínea “f” do inciso II, ambas do artigo 14.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

À Diretoria Legislativa.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, e atendendo solicitação dessa presidência, INDICA, através do presente, o nome dos deputados Antonio Carlos Belinati como membro e Luiz Carlos Martins como suplente, representando nosso Partido, para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS
Líder do PSL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do PDT, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem INDICAR o deputado Eli Ghellere para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, na condição de titular e o deputado José maria ferreira como suplente, aprovada e implantada por esta Casa de Leis.

Neste termos pede deferimento em conformidade com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK
Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4107

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 628/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 052/2001, que versa sobre autorização à Cohapar em participar da Cohaprev (Previdência Privada da Cohapar).

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4108

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 626/2001, oriundo da

Mensagem Governamental nº 056/2001, que dispõe sobre alterações na Lei 11.280/95, relativa ao IPVA.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4133

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 002/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4117

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2001, de autoria de diversos senhores deputados, que suspende os efeitos das Resoluções 2617 e 2618 da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 4118

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 165/2000, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a proceder abertura de crédito destinada ao financiamento de automóveis particulares aos membros da Polícia Civil e Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4119

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 381/2000, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio moradia para os servidores públicos integrantes dos quadros das polícias civil e militar.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4120

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 80/2001, de sua autoria, que dispõe sobre a destinação dos recursos do artigo 7º da Lei nº 12.355/98.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4121

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 80/2001, de sua autoria, que dispõe sobre encampação das concessões rodoviárias do Estado.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4122

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 153/2001, de sua autoria, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4123

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 467/2001, de sua autoria, que altera a Lei nº 9491, que estabelece critérios para distribuição aos municípios do produto de arrecadação do ICMS.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4124

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 533/2001, de sua autoria, que altera a Lei nº 9491, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4132

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 186/2001, de minha autoria, por tratar de uma empresa de economia mista.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 4092

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a S. Exa. a senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Vasconcelos Rebouças Saliba, as informações que se seguem:

a) qual a empresa contratada para a execução da reforma da Escola Estadual Zulmira Marchesi da Silva, em Cornélio Procópio?

b) qual o valor do contrato?

c) qual o prazo para a execução das obras?

Tal pedido se justifica em razão do longo tempo (desde maio de 2000, aproximadamente) que a escola está em reforma e os serviços, ao que parece, pelo visual do prédio, não estão concluídos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 4093

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam solicitadas a S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, as seguintes providências na BR-369, no trecho entre Santa Mariana e Jataizinho.

a) alargamento das pontes: uma no Ribeirão do Macuco e outras duas, no Ribeirão Couro de Boi;

b) melhorias nos acessos às cidades de Jataizinho, Cornélio Procópio e Santa Mariana;

c) melhorias nos trevos da BR-369 com a estrada que dá acesso à Uraí e ao Contorno Oeste de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Embora o pedágio venha sendo cobrado desde junho de 1998, os investimentos neste trecho da BR-369 têm sido inexpressivos e a estrada continua com pista única.

Todas essas providências solicitadas nos itens a, b, e c, são extremamente necessárias, pois tratam-se de “pontos negros” no tráfego, tornando a estrada mais perigosa e com menos segurança.

Com a elevação das tarifas a partir de 1º deste, cremos ser o momento oportuno para renovar tais pedidos de providências.

REQUERIMENTO Nº 4095

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao presidente da Comissão Especial de Investigação, deputado Ribas Carli, atuação da CEI na Universidade Estadual de Maringá - UEM, devido os últimos acontecimentos, que indicam malversação de recursos públicos, conforme

apurado pelo Ministério Público e publicados pela imprensa, no último dia 30 de novembro.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar pelo falecimento do Dr. Élio Narezi, ocorrido nesta cidade e capital de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O doutor Élio Narezi faleceu nesta capital, onde nasceu e viveu durante todos os seus 73 anos. Casado com a senhora Jeane d'Arca da Cruz Lima Narezi, com quem teve duas filhas: Luiza Manoela e Catherine Marie.

Advogado, formado pela Universidade Federal do Paraná, o Dr. Élio Narezi foi um ícone da história paranaense. Foi conselheiro por vários anos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná e por duas vezes foi presidente, durante os anos 1971 a 1975. Inaugurou juntamente com Salvador de Maio, o Tribunal do Júri, no Centro Cívico. Recebeu por unanimidade da Câmara Municipal de Curitiba, o título de Vulto Emérito da capital paranaense.

“A perda do Dr. Élio Narezi é irreparável para a Ordem dos Advogados, conforme expressam seus colegas. Reconhecido e temido pelo Ministério Público, nas sessões do Tribunal do Júri, foi um criminalista emérito, um homem com uma brilhante cultura jurídica”, disse o atual presidente da OAB no Estado, Hipólito Xavier da Silva.

Na época da ditadura militar, houve uma conferência nacional da OAB no Paraná e ele foi tenaz e brilhante na luta contra o Ato Institucional, o famoso AI-5. Defendeu perseguidos políticos sem cobrar honorários. Era advogado em tempo integral e profundamente humano.

REQUERIMENTO Nº 4096

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do professor Carlos Augusto Mongo Genez, falecido na última sexta-feira, dia 30 de novembro do corrente ano.

O professor Carlos era diretor do Colégio Estadual Professora Maria do Rosário Castaldi, em Londrina.

Com 43 anos de idade, prematuramente, o professor Carlos deixa lacuna no magistério londrinense, onde seu trabalho e atuação exemplar sempre dignificaram a profissão e levaram os alunos a conquistar uma vida melhor.

Rogamos a Deus, neste momento de profunda dor, que abençoe a família do professor Carlos, concedendo-lhes conforto para suportar esses difíceis momentos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4129

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Dalprá, pelo falecimento do senhor Waldemar Dalprá, ocorrido no dia 1º de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo Votos de Aplausos e Congratulações, ao senhor Louvanir João Menegusso, prefeito municipal de Campo Magro, extensivos ao senhor Geraldo Carpeski, vice-prefeito, secretários, vereadores e ao povo em geral, pela passagem do quinto (5º) aniversário daquele município.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Louvanir João Menegusso, com o seu vice-prefeito Geraldo Carpeski, vem juntamente com seus vereadores e secretários administrando o novo município de Campo Magro, com dedicação capacidade e tino político, deixando seus munícipes alegres e satisfeitos.

Nestes cinco anos de existência o novo município de Campo Magro deu um salto grande em direção ao progresso, na educação, saúde, segurança e principalmente na agricultura, vindo a beneficiar aos pequenos agricultores, que agora têm como comercializar sua produção agrícola.

Na reciclagem do lixo, esta administração está dando um exemplo, digno de ser seguido por outras prefeituras, dando assim trabalho para muitas famílias que podem tratar dignamente seus filhos.

REQUERIMENTO Nº 4090

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Floraí pela passagem, no próximo dia 15.12.2001, de seus 45 anos de emancipação política.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antonio Henrique Vernilho,

prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Carlos Ratti, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Florai.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos com esta proposição, prestar nossa sincera homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população de Florai que continua prestando sua eficiente colaboração em prol do crescente progresso do município.

Parabenizamos também nesta ocasião o prefeito Antonio Henrique Vernilho, o vice-prefeito e todos os senhores vereadores que vêm conquistando a confiança e a credibilidade da população através de um trabalho sério, responsável e honesto.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Florai, que acredita na prosperidade do município, todo o reconhecimento e admiração pelo eficiente trabalho desenvolvido visando o bem comum.

REQUERIMENTO Nº 4091

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Bituruna pela passagem de seus 46 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro/2001.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Remi Ranssolin, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Euvaldo Lunardelli Camargo Filho, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É justo que nesta oportunidade prestemos nossa sincera homenagem a toda a população de Bituruna pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

Também merecem nosso reconhecimento seus administradores de todos os tempos que tudo fizeram em benefício do município e do bem-estar do seu povo.

Com todo o respeito que a população de Bituruna é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos, com este voto, os efusivos cumprimentos pela dedicação com que vêm colaborando para que o município continue progredindo consideravelmente para completa felicidade de seus munícipes.

REQUERIMENTO Nº 4098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Fiori Antonio Tessaro, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Arlindo José Flores, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta significativa data de 16 de novembro, toda a população de São Carlos do Ivaí é digna do nosso respeito e admiração pelo muito que têm feito em prol do engrandecimento cada vez maior do município.

Também queremos externar nossos agradecimentos aos seus administradores de todos os tempos, que sem medir esforços tudo fizeram para oferecer melhores condições de vida a toda a população. Destacamos aqui o eficiente trabalho que vem desenvolvendo o prefeito Fiori Antonio Tessaro, seu vice-prefeito, Arlindo José Flores e todos os senhores vereadores, em favor de seus municípios.

Ao contentamento de toda a população de São Carlos do Ivaí, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná nesta significativa data da comemoração de seus 45 anos de emancipação política, formulando votos de um futuro promissor para orgulho de sua gente trabalhadora.

REQUERIMENTO Nº 4099

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações à RPC - Rede Paranaense de Comunicação, pelo recebimento do Prêmio Top de Marketing conferido pela ADVB.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A RPC - Rede Paranaense de Comunicação, mais uma vez foi premiada - recebeu o Prêmio Top de Marketing conferido pela ADVB/PR - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Seção Paraná.

O Grupo é formado pelas transmissoras de TV filiadas à Rede Globo no Estado, pelos jornais Gazeta do Povo, Jornal de Londrina e Primeira Hora e pela Rádio

98 FM e foi premiado justamente pelas ações desenvolvidas para a integração das Empresas.

A RCP consolidou-se como o maior grupo de comunicação do Paraná e vem desenvolvendo muitas ações importantes todos os anos, como Verão Paranaense, com atividades no Litoral, projeto Ler e Pensar (que leva a Gazeta do Povo a 140 mil crianças) e a criação do Núcleo de Estudos, Desenvolvimento e Aprimoramento de Talentos e Responsabilidade Social - o Instituto RPC.

REQUERIMENTO Nº 4100

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Vicente Pacheco, pela posse como presidente da Academia de Ciências Contábeis do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O contador Vicente Pacheco está assumindo a Presidência da Academia de Ciências Contábeis do Paraná. Autor de diversos artigos publicados em revistas especializadas, ele é professor do Curso de Ciências Contábeis da UFPR e membro da Comissão do Ministério da Educação para a aprovação de Cursos de Ciências Contábeis no País.

REQUERIMENTO Nº 4101

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Milton Riquelme de Macedo, por ter assumido o cargo de novo corregedor-geral do Ministério Público do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Milton Riquelme de Macedo, foi eleito como novo corregedor-geral do Ministério Público do Paraná, em substituição (por um período de dois anos) ao atual corregedor, Dr. Hélio Airton Lewin.

O novo corregedor é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, na turma de 1974. Tem especialização em Direito Administrativo e em Direito Processual Penal, pela Universidade de São Paulo (USP). Foi presidente da Associação Paranaense do Ministério Público de 1993 a 1997 por duas gestões e presidiu a Comamp - Confederação Nacional do Ministério Público, de 1993 a 1996.

REQUERIMENTO Nº 4102

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Jornal Diário Popular, pela realização do evento "Melhores do Ano - 2001".

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário Popular realizou neste final de semana o evento "Melhores do Ano 2001. O acontecimento, em sua 35ª edição, presta uma homenagem àqueles que de alguma forma estão colaborando significativamente para o desenvolvimento do nosso Estado.

O prêmio engloba as áreas política, empresarial, administrativa, social, cultural e esportiva e, para se chegar ao resultado, é feita uma extensa pesquisa em todo o Paraná. Os nomes são divulgados em edição especial do jornal.

É grande a honraria de estar entre os Melhores do Ano do Diário Popular, e este ano tive a grata satisfação de receber Menção Honrosa da Assembléia Legislativa do Estado.

REQUERIMENTO Nº 4105

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nereu Ribeiro dos Santos e Ilka Ribeiro dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo desses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4106

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Raul Luiz Sobral e Carmem Lúcia Sobral, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo deste anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4113

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Paraná, pelos seus 10 anos de fundação, bem como seja encaminhada cópia da referida proposição ao diretor da empresa, Sr. Marcos Formighieri.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

É com especial satisfação que registramos nesta Assembléia Legislativa a passagem dos 10 anos de fundação do jornal Gazeta do Paraná, deixando gravado nos Anais desta Casa as nossas homenagens a este grande período que tem à frente o empresário Marcos Formighieri, cujo órgão informativo tem sua sede na cidade de Cascavel, fazendo ao longo de uma década, um jornalismo dinâmico, com competência e profissionalismo, divulgando diariamente em todos os cantos do Paraná as notícias que fazem história, destacando-se entre os melhores veículos de comunicação escrita do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 4130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao prefeito Sr. Armando Luiz Polita, ao vice-prefeito, Sr. Elizeo Presa, ao presidente da Câmara Municipal, Sr. Daniel Ghellere, ao presidente da Sociedade Rural, Sr. Ervino Ghellere, ao presidente da Associação Comercial, Sr. Valdemar Carvalho e ao Secretário da Agricultura, Sr. Silas Murbak, pela excelente organização e sucesso da XV FEANIMAIS, realizada no período de 28 de novembro a 02 de dezembro, no município de São Miguel do Iguaçu.

Trata-se de importante evento, que movimentou toda a região oeste e contribui para o desenvolvimento econômico do município e região.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 4111

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que sejam encaminhados as felicitações deste Poder, ao senhor Ademar Wayhs e senhora Helga Koch Wayhs que, no último dia 01 de dezembro, comemoraram e festejaram “Bodas de Ouro”, na cidade de Entre Rios do Oeste.

Fato inusitado e de júbilo ocorrido neste acontecimento singular, foi também a presença e a participação nas cerimônias dos pais da senhora Helga Koch Wayhs, o casal Otto Koch e Erna Koch, ambos com mais de 90 anos de idade.

Além das manifestações desta Casa, cumprimentando e felicitando o digníssimo casal, este Parlamento paranaense, ainda manifesta o orgulho de ter no Paraná, pessoas tão dignas ilustre e honradas, como é o caso de Ademar Wayhs e da senhora Helga Koch Wayhs.

Ao ouvir a narrativa histórica do casal jubilar, durante as cerimônias festivas, todos puderam testemunhar e atestar extraordinários exemplos de dignidade, de nobreza e de cultuação à vida. Deixam para a posteridade, a experiência, a sabedoria e uma belíssima e exuberante somatória de virtudes.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4126

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente à secretária de Estado da Educação do Paraná, senhora Alcyone Saliba, solicitando a implantação do curso médio diurno no Colégio Estadual Rui Barbosa, no Jardim Paraná - Colombo/PR.

Justifica-se tal solicitação, atendendo reivindicação dos moradores da região, que apóiam a implantação do curso médio diurno no referido colégio estadual, tendo em vista que o mesmo oferta o curso médio somente no período noturno.

Atualmente os alunos que residem na região do Jardim Paraná precisam se deslocar até os municípios de Campina Grande do Sul e Quatro Barras, para cursar o Ensino Médio, tendo em vista a falta de oferta de vagas no turno diurno, no Colégio Estadual Rui Barbosa, para atender aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4127

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. José Tavares da Silva, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a destinação de quatro viaturas para a Polícia Militar no município de Colombo.

Justifica-se tal solicitação, atendendo a população colombense, que clama pela melhoria da segurança pública em todo o município, motivo pelo qual é mister a destinação das viaturas solicitadas, dando melhores condições de trabalho aos policiais militares da região.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4128

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao diretor presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando emergencialmente a implantação de rede d'água domiciliar na localidade de Zumbi dos Palmares, município de Colombo-PR.

Justifica-se tal solicitação, atendendo reivindicação dos moradores dos Jardim Zumbi dos Palmares, que tem cerca de 15.000 habitantes, e que atualmente são atendidos pela Sanepar, com torneiras comunitárias, o que inviabiliza questões de higiene e possibilita contaminação d'água pela forma de utilização.

Registre-se ainda a necessidade de atender aos moradores da região, emergencialmente, até para contribuir com a regularização da área do jardim Zumbi dos Palmares, firmada recentemente pela Prefeitura de Colombo e pela COMEC.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 4131

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor diretor geral do DETRAN, dr. César Franco, pedido de informações acerca do processo licitatório visando a contratação de empresa de informática para prestar ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, prestando ainda os seguintes esclarecimentos:

- 1 - qual é o valor da licitação;
- 2 - qual o prazo de contratação da empresa e quais as formas de reajuste de preços no decorrer do contrato;
- 3 - qual é o tipo de serviço a ser desenvolvido pela empresa junto ao Detran;
- 4 - terá o Detran o direito de uso da tecnologia desenvolvida pela vencedora e ao final do contrato?;

5 - qual a razão pela qual foi suspensa a abertura dos envelopes da licitação?;

6 - a Positivo Informática presta serviços ao Detran?;

7 - Se positiva a resposta, informar que tipo de serviço desenvolve, desde quando, qual o tipo de procedimento que habilitou a empresa a prestar tais serviços (anexar comprovantes); qual o valor mensal despendido com a prestação de serviços; qual o valor total do contrato até a presente data;

8 - O Edital de Licitação, ora objetivo de suspensão, prevê a pontuação para empresa que já atua junto ao Detran? Se positivo, responder as razões pelas quais foi adotada tal prática.

9 - A Companhia Paranaense de Processamento de Dados - CELEPAR, não tem condições de prestar o mesmo serviço? Se negativa a resposta, especificar as razões de natureza técnica e financeira. Caso positivo, indicar as razões pelas quais a empresa não foi escolhida para desempenhar tal função, evitando-se gastos enormes como aqueles previstos e na ordem de cento e dez milhões de reais (R\$110.000.000,00).

10 - O Detran pretende persistir na Licitação mesmo tendo uma empresa do porte da Celepar para assessorá-la e com os técnicos que a mesma detém?

11 - Em persistindo na licitação, qual a fonte de recursos para pagar a empresa vencedora?

Especificar detalhadamente com base na Lei Orçamentária e LRF.

As respostas devem ser dadas na mesma ordem ou em outra, mas seguindo a numeração do requerimento a ser respondido, atendendo o dispositivo constitucional de responsabilidade do agente público acerca da matéria.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 668/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta ao artigo 1º da Lei Complementar 76, de o seguinte Parágrafo, renumerando-se o parágrafo único para "§ 1º".

"As empresas que, na data da instalação da agência reguladora especial ou multisetorial forem detentoras de outorgas expedidas por entidades públicas estaduais do setor de transportes, terão, por meio de novos instrumentos de outorga, seus direitos ratificados e adaptados ao que dispõe a legislação estadual ou federal específica".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa conformar a legislação estadual à recente legislação federal e reveste-se da maior urgência pois, conforme demonstração a seguir, a legislação estadual que dispõe sobre concessão ou permissão de transportes perde eficácia em 28 de fevereiro de 2002 e por força do artigo 146 da Constituição do Estado a matéria há de ser tratada por lei Complementar. Daí a presente proposição.

No caso, importa, portanto, considerar:

1 - A aprovação deste projeto reveste-se, pois, da maior urgência, pois, brevemente, o Paraná não terá legislação que abrigue as concessões ou permissões de transporte coletivo no Estado, pois o prazo de 24 meses previstos no artigo 89 do Decreto 1821, de 28 de fevereiro de 2000, exaurir-se-á e 28 de fevereiro de 2002.

2 - Não bastasse isso há outro fato a se considerar: A Revogação Tácita da Norma Federal que dava validade ao Citado Decreto ocorre que o parágrafo 2º do artigo 42 da Lei 8997/95 que dava validade ao 89, do Decreto 1831/2000 está prestes a ser tacitamente revogado pela recente Lei Federal 10.233/2001, de 05.06.2001, que cria as Agências Reguladoras do Transporte Terrestre (ANTT) e do Aquaviário (ANTAQ) e cujo artigo 50, com clareza a não deixar dúvidas, estabelece: “as empresa que, na data da instalação da ANTT ou da ANTAQ, forem detentoras de outorgas expedidas por entidades públicas federais do setor de transportes, terão, por meio de novos instrumentos de outorga, seus direitos ratificados e adaptados ao que dispõem os artigos 13 e 14”.

Portanto, pode-se, seguramente, concluir que a partir do momento da instalação da ANTT ficará tacitamente revogado o parágrafo 2º do artigo 42 da Lei 8997/95 e, em decorrência, sem efeito o artigo 89 do decreto 1821 que, com base nesse dispositivo, estabelece prazo de validade das atuais concessões (daí a urgência de se cuidar da matéria).

3 - A Solução dada pela Legislação Federal - A recente Lei Federal 10.233, de 05.06.2001, ratifica os direitos das atuais concessionárias ou permissionárias ao dispor, em seu artigo 50: “As empresas que, na data da instalação da ANTT ou da ANTAQ, forem detentoras de outorgas expedidas por entidades públicas federais do setor de transportes, terão por meio de novos instrumentos de outorga, seu direitos ratificados e adaptados ao que dispõe os artigos 13 e 14”. Sentido léxico e jurídico de ratificar: confirmar.

4 - Logo, a presente proposição vem adaptar a Legislação Estadual aos exatos termos da Legislação Federal. Lembramos que ANTT é sigla que designa “Agência Nacional de Transportes Terrestres” que cuidará dos transportes de competência da União e ANTAQ é a equivalente para transportes Aquaviários (agência estas em face de criação pela União). O Paraná realiza estudos, já bastante avançados, visando a criação de agência especializada ou Agência Multisetorial (o mais provável) para controlar serviços públicos. Enfatize-se

que todos os Estados Brasileiros ou já criaram tais agências ou estão criando. E que a criação dessas Agências é uma tendência irreversível que perpassa todas as nações democráticas do mundo. É imperativo dos tempos modernos: instrumento indispensável para controle da qualidade dos serviços e defesa do usuário.

5 - A competência da União sobre a matéria - a União tem competência privativa para legislar sobre normas gerais relativa a matéria. Entretanto é da competência do Estado legislar sobre matérias administrativas que a CF não reserva à União.

6 - A recente Lei Federal 10.233, de 05.06.2001, ratifica os direitos das atuais concessionárias ou permissionárias ao dispor, em seu artigo 50: “As empresas que, na data da instalação da ANTT ou da ANTAQ, forem, detentoras de outorgas expedidas por entidades públicas federais, de setor de transportes, terão por meio de novos instrumentos de outorga, seus direitos ratificados e adaptados ao que dispõe os artigos 13 e 14”. Sentido léxico e jurídico de retificar: confirmar.

7 - Constituição do Estado assim dispõe: “Artigo 146. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. § 1º Lei Complementar disporá sobre: I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II - o direito dos usuários; III - a política tarifária; IV - a obrigação de manter serviço adequado. § 2º Nas delegações de novas linhas de transporte coletivo de passageiros, a serem implantados no Estado, bem como nas renovações e prorrogações das mesmas, é vedado a cláusula de exclusividade”.

8 - Manifestação do Ministério Público Federal favorável a prorrogação - Eis transcrição da notícia publicada no Informativo Abrati - Abril/2000: “Em Parecer no processo de mandato de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal pela Transrefur contra o Decreto 2.251/98, o Ministério Público Federal afirma textualmente que “a prorrogação de permissão de serviço público não constitui procedimento vedado à Administração Pública, porquanto expressamente previsto na Constituição Federal”. Diz, ainda, que é legítimo o reconhecimento da “sobrevivência”, ainda que sob o império da Carta de 1998, de contratos celebrados anteriormente à sua vigência e não precedidos da licitação pública que se tornou obrigatória, a teor dos seus artigos 37 e 175 (...) à vista da garantia de respeito ao direito adquirido e ao ato jurídico”.

9 - Portanto, esta proposição visa conformar a legislação do Paraná com a Legislação Federal Tendo em vista a recente Lei 10.233, de 05.06.2001, que dispõe, em seu artigo 50: “As empresas que, na data da instalação da ANTT ou da ANTAQ, forem detentoras de outorgas expedidas por entidades públicas federais do setor de transportes, terão, por meio de novos ins-

trumentos de outorga, seus direitos ratificados e adaptados ao que dispõe os artigos 13 e 14". Sentido léxico e jurídico de ratificar: confirmar. Logo, a presente proposição vem adaptar a legislação estadual aos exatos termos da legislação federal. Lembramos que ANTT é sigla que designa "Agência Nacional de Transportes Terrestres" que cuidará dos transportes de competência da União e ANTAQ é a equivalente para transportes aquaviários (agências estas em face de criação pela União). O Paraná realiza estudos, bastantes avançados, visando a criação de agência especializada ou Agência Multisetorial (o mais provável) para controlar serviços públicos. Enfatize-se que todos os Estados Brasileiros ou já criaram tais agências ou estão criando. E que a criação dessas Agências é uma tendência irreversível que perpassa todas as nações democráticas do mundo.

10 - Outra razão da urgência da matéria - o dilema do empresário em investir ante a dúvida sobre a definição da matéria - Uma empresa só cresce e se sustenta se puder planejar investimentos e expansão a longo prazo. Se assediado pelo fantasma da perda da concessão ou permissão em virtude de licitação que estímulo teriam os empresários do setor para continuar investindo? O que fariam do patrimônio - frota, garagens, pontos de apoio (paradas), manutenção e socorros (inclusive restaurantes de beira de estrada são construídos pelas empresas e terceirizados - se de um momento para outro perdessem suas concessões ou permissões. A solução para tal dilema é encontrar um meio termo que concilie os interesses dos usuários (a comunidade como um todo) com os interesses das empresas, enfim uma fórmula que concilie interesse público e privado. Obra de engenharia político-jurídica. O caminho apontado pelos países adiantados, pela União e pelos Estados brasileiros é criação de Agências reguladoras.

Portanto, estamos propondo a conformação da legislação estadual às normas de União regentes da matéria.

Conto, pois, com a ajuda de meus ilustres pares nesta Casa de Leis, para a aprovação da proposição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 663/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As concessionárias que exploram o pedágio no Estado do Paraná ficam obrigadas a franquear as passagens a todos os veículos nos dias de eleição.

Parágrafo Único - O livre acesso de todos os veículos será aplicado nos dias de eleições municipais, estaduais e federais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Quase todas as estradas do Paraná encontram-se pedagiadas. Há rodovias com trechos até bastante curtos em relação a outros que possuem até duas praças de pedágio (como é o caso da rodovia que liga Curitiba à cidade vizinha de Ponta Grossa).

Com certeza, a população que antes não estava habituada ao pagamento do pedágio vem sentindo seus efeitos, o que causou uma diminuição no número de viagens em todo o Estado. Com o recente aumento das tarifas, então, a população está pensando mais de duas vezes antes de sair em viagem, pois ao alto preço dos combustíveis há que se somar elevadas quantias financeiras que são desembolsadas em cada trecho percorrido para o pagamento de pedágio.

Com a proximidade das eleições (já no próximo ano), mais uma vez se repetirá a situação de um grande número de pessoas que necessitam deslocar-se para cidades onde não residem, buscando cumprir a obrigatoriedade da votação. Sabemos que nem todos possuem condições de se deslocar justamente pelo elevado preço do pedágio, que torna inviável o deslocamento.

Como o voto é obrigatório, é justo que as concessionárias de pedágio, (que obtiveram esta concessão do Poder Público) suspendam suas cobranças nas datas de eleição, possibilitando assim, que um maior número de eleitores compareça às urnas, cumprindo seu dever.

PROJETO DE LEI Nº 664/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Serviço de Acupuntura e Homeopatia nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele vinculados.

Parágrafo Único - O serviço de que trata o *caput* deste artigo deverá ser exercido por médico especialista em Acupuntura e Homeopatia, devidamente reconhecido pela Associação Médica Brasileira e pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Saúde orientará e supervisionará o serviço aa que se refere o artigo 1 desta lei.

Art. 3º - Para o cumprimento no disposto nesta lei, fica o Poded Executivo autorizado a contratar e admitir servidores portadores de habilitação específica, podendo realizar concurso público para o preenchimento dos cargos.

Parágrafo Único - Fica facultado ao Poder Executivo celebrar convênios com instituições legalmente autorizadas a formar profissionais em acupuntura e homeopatia, visando suprir a demanda do serviço hora criado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em dias atuais, com o crescimento das medicinas chamadas alternativas muitas são as pessoas que não utilizam a medicina alopática (que se utilizam de medicamentos com base química e efeitos contrários à doença para proporcionar a cura) e desejam tratar-se pelo método homeopático (método que se utiliza de medicação alternativa e produtos que determinam no homem sintomas semelhantes à doença), ou ainda, pela Acupuntura (terapia milenar chinesa que busca atingir o equilíbrio funcional de um organismo estimulando seus pontos energéticos com agulhas).

A população, ao procurar Postos de Saúde em busca de cura de seus males, tem o direito de escolher o que melhor lhe aprouver para chegar ao termo de suas enfermidades.

Desta forma, sendo a saúde um direito de todos e um dever do Estado, propomos que sejam oferecidos serviços de acupuntura e homeopatia nos Postos de Saúde e Hospitais do Estado e a ele conveniados.

PROJETO DE LEI Nº 665/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é declarar de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, fundada em 13 de junho de 1985, que está estabelecida na Rua Dom João VI, 935, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon. Devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 77.842.219/0001-62, é uma entidade civil com prazo de duração indeterminada e sem fins lucrativos.

Dentre os vários objetivos da entidade, podemos constatar alguns de suma importância, como por exemplo: representar e defender os interesses dos criadores de

suínos; promover o desenvolvimento da suinocultura em todos os aspectos: produtivo, genético, sanitário e elevando-a ao melhor índice possível e promover o intercâmbio entre associações dos suinocultores, seja municipal, regional ou estadual.

Diante do exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 666/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o prédio da Circunscrição Regional do Trânsito (Ciretran) do município de Quedas do Iguaçu, de Vereador João Ricardo Dal Fovo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Através do presente plano de lei busca-se render justa homenagem póstuma a um cidadão que prestou relevantes serviços ao município de Quedas do Iguaçu.

Pessoa que teve atuação destacada em todos os setores da vida comunitária daquele município.

Filho de tradicional família daquela localidade e dentista de profissão, projetou-se na vida pública como vereador e líder comunitário, nunca se furtando em colaborar no que fosse necessário. O amigo e companheiro, Dr. João Ricardo, deixou uma marca profunda que dificilmente será esquecida em Quedas do Iguaçu.

O seu falecimento abre uma lacuna que, com certeza, jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e, principalmente, seus familiares, haverão de dar seqüência.

Pessoa de fácil relacionamento, era benquisto pela grande maioria da população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos, e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Bom pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família. Amigo leal e sincero, por mais que as circunstâncias fossem adversas, mantinha as amizades com muito fervor. Enfim, é preciso realçar a participação honrada em todos os movimentos e lutas da comunidade, sempre com parcimônia e inteligência Dr. João Ricardo Dal Fovo estava presente, dando a sua valiosa contribuição.

Esta Assembléia Legislativa, que é a casa do povo do Paraná, não pode deixar de reconhecer e prestar uma homenagem derradeira a uma pessoa especial, que deixou uma marca positiva, e que muito contribuiu com a comunidade de Quedas do Iguaçu.

Por estas razões, solicito o apoio dos meus nobres Pares, ao aprovar a presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 667/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 22 da Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde, e acrescenta ao mesmo dispositivo, o parágrafo 3º:

“§ 2º - Nas transferências de recursos poder-se-á, a critério do Estado, incluir-se bens imóveis e materiais necessários aos serviços de saúde.

§ 3º - Além de outros que venham a ser estabelecidos, é requisito essencial para o recebimento de cessão de uso ou de doação de bens e transferência de recursos do Estado, a comprovação da existência, no município, de Conselho de Saúde, Fundo de Saúde e Plano de Saúde devidamente demonstrada em requerimento dirigido à Secretaria de Estado da Saúde.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Moysés Leônidas, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti e Hidekazu Takayama.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem dois objetivos fundamentais:

1) prescrever que além de recursos financeiros a ajuda do Estado aos municípios, no que tange a área de saúde, poderá incluir recursos outros como cessão de uso ou doação de veículos automotores, imóveis, etc. (o Estado tem hoje, centenas de veículos automotores, servindo às municipalidades, a título de cessão de uso, que poderá ser convertida em doação);

2) deixar claro que o repasse de recursos estaduais dependem de efetiva ação dos municípios na área de saúde.

PROJETO DE LEI Nº 669/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, com sede e foro no município de Colombo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, criada em 1998, sendo pessoa jurídica de direito privado, é o órgão de representação dos pais e dos professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à Rua Altevir Ceccon, 237 - Bairro São Gabriel, município e comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob o nº 522 do livro 02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Colombo - Paraná, em 20 de agosto de 1998, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.536.647/0001-03.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vereador André Nadolny, tem por finalidade:

- prestar assistência ao educando, assegurando-lhe condições de eficiência escolar;

- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre à realidade dessa mesma comunidade;

- proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto no Regimento Escolar;

- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais, desportivas, saúde, meio ambiente, dentro do previsto no Regimento Escolar;

- contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contrato e/ou convênios com a Administração Pública e organizações não governamentais - ONG's.

Atualmente a APM da Escola Municipal Vereador André Nadolny, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

No mês de dezembro, toda a família, seja ela pontagrossense da minha cidade paranaense, do meu Estado - ou brasileira, da minha Nação e mesmo em todo o Universo, é um mês pelo qual se avizinha o nascimento daquele que nos empresta a vida.

Todos nós, sejamos deputados estaduais, federais, prefeitos, vereadores, senadores, procuram dentro de suas limitações fazer com que a família não seja penalizada, ainda mais no mês de dezembro. Mas, infelizmente, o nosso governador do Estado do Paraná, como primeiro presente, no dia primeiro: aumento do pedágio; como segundo presente para a família do Paraná: aumento da água e do esgoto, da Sanepar. E assim, sucessivamente, a família paranaense terá o presente que o governador Jaime Lerner reservou-lhe.

No dia de amanhã, senhores deputados, estaremos entrando com um requerimento, nesta Casa, cumprimentando S. Exa. o juiz de Direito, que fez com que parasse aquela licitação do Detran, onde o ilustre deputado Marcos Isfer conhece de perto, e amanhã nos dará maiores subsídios, naquilo que aparece entre um dos maiores escândalos a serem oferecidos, quando o juiz, através de uma liminar, não permitiu a abertura dos envelopes a serem oferecidos naquela licitação, naquela concorrência a ser auferida, no Detran do Paraná.

Enquanto nesta Casa nós, deputados, brigamos para que o povo do Paraná não seja penalizado, como já o foi: água, esgoto e pedágio, agora, seja penalizado ainda mais, no emplacamento do seu veículo, no IPVA, que se encontra neste Parlamento, para votarmos.

Quando aqui brigamos para que alguma coisa não aumente, o Detran do Paraná e os senhores terão conhecimento, amanhã, porque já tiveram através da imprensa falada, escrita e televisionada, nesse último final de semana, a vergonha que se apresentava através do Detran, na concorrência que foi suspensa ali pela autoridade judicial. Cento e poucos milhões de reais, era a concorrência que ali estava sendo feita. Graças à interferência de um advogado, representando o interesse do povo do Paraná, juiz de Direito, concedeu a liminar e foi suspensa aquela concorrência que ali iria se efetivar.

Mas, como continua o presente que o governador do Estado tenta dar ao povo do Paraná, ele fala através do responsável pela Casa Civil do Estado, em uma das reuniões perto de Ponta Grossa, mais precisamente em Castro, numa reunião da Associação dos Municípios de Campos Gerais, de que o Paraná realmente se encontra em boa situação financeira e vai dar de volta, 200 milhões de reais a serem aplicados nos pequenos e médios municípios, isentando os grandes municípios do Paraná. Ele falou e está transcrito nos jornais que o governo irá apoiar os pequenos e os médios municípios, isentando os grandes municípios do nosso Estado.

Parece-me que Londrina, Maringá, Ponta Grossa, a nossa Cascavel e a nossa Foz do Iguaçu que são os maiores municípios, por estarem nas mãos dos legítimos representantes do povo do Paraná, que ali foram consul-

tados e lá estão os prefeitos investidos nas suas funções, parece-me que esses 5 grandes municípios não fazem parte daquilo que o chefe da Casa Civil falou naquela oportunidade.

Quero crer que ele equivocou-se ou enganou-se, ou que ele realmente não teve a vontade de falar o que disse, pensou uma coisa e falou outra.

Estaremos entrando nesta Casa, senhor presidente, com um requerimento a S. Exa., porque conhecemos o ex-deputado Alcení Guerra, de que isso não é verdadeiro, e vamos fazer por escrito para que nós possamos voltar a esse assunto.

Por último, senhor presidente, sem a Copel, o Paraná empobrecerá.

O professor Ildo Sauer, da Universidade Estadual de São Paulo, fala em uma entrevista a um dos jornais de nosso Paraná, de que vender a companhia de energia é péssimo negócio e trará grandes prejuízos ao nosso Estado.

Lá embaixo, no meio de sua entrevista, finalizando, senhor presidente, qual a avaliação sobre a privatização das companhias nos vários Estados, e ele responde por São Paulo, aonde ele vive, aonde ele conhece. A privatização da companhia de energia de São Paulo foi responsável pela crise energética do País.

Se os atuais donos da SESP tivessem investido no setor como o Governo de São Paulo investiu através, antes da privatização, o cenário hoje seria diferente.

Quanto à Copel, insisto em dizer que com a sua venda o Paraná vai perder. É fundamental que continue com o Estado, pois é a sua riqueza, o aumento brutal das tarifas pós-privatização vai provocar a retração econômica do Estado. As indústrias deixarão de se instalar aqui, e por consequência vai diminuir a geração de emprego.

E sucessivamente através de argumentos que são realmente incontestáveis, o professor Ildo Sauer nos dá, ao Paraná, que este não é o momento de vender a Copel.

Obrigado, senhor presidente, obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente Élio Rusch, senhores deputados.

Volto à tribuna na tarde de hoje para mais um pronunciamento conforme o prometido na semana passada, que nós faríamos um pronunciamento sobre vários temas do Governo do Estado.

Conforme nosso compromisso, estamos demonstrando a esta Casa mais um fato que bem ilustra a situação catastrófica em que o Paraná se encontra, econômica e financeiramente, mas que, na opinião do governo do Estado, tudo está certo.

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Conforme nosso compromisso, estamos demonstrando a esta Casa mais um fato que bem ilustra a situação catastrófica em que o Paraná se encontra econômica e financeiramente, mas que na opinião do Governo do Estado está com suas contas equilibradas. Todavia, senhores, esta questão será por mim comprovada em pronunciamento específico para essa matéria.

Hoje, senhores, trataremos dos impactos negativos, para não dizer desastrosos às contas de 2000, motivado pela busca desesperada de recursos financeiros para tapar buracos.

Esse Governo vem dilapidando o patrimônio do Estado do Paraná, de forma vil e inconsequente, senão vejamos:

1º) A tabela nº 30 da inspetoria geral de controle de TC das contas do Governo de 2000, apresenta uma flutuação nas participações societárias de 1996-2000, nas seguintes proporções:

a) a participação do Governo do Estado no capital social das empresas públicas e de economia mista era: em 1996, de R\$1,6bilhões; em 1998, de R\$1,9 bilhões; em 1999, de R\$5,7 bilhões; em 2000, de R\$2,0 bilhões .

b) permitindo-nos destacar da referida tabela, as 3 empresas de economia mista que apresentaram as maiores variações no período, Banestado, Copel e Sanepar, dentre as 20 que o Estado tem participação:

Empresas	1996 Participação R\$	%	1998 Participação R\$	%	1999 Participação R\$	%	2000 Participação R\$	%
Banestado	181.963.754	47,20	181.963.754	47,20	3.766.206.834	-	17,17	0,00
Doc. Fonte (Doc.1-Item 1)								
Copel	362.019.423	66,20	380.733.433	31,10	503.432.829	31,10	503.432.829	31,07
(Doc.1-Item 2)								
Sanepar	380.712.551	87,52	231.083.877	60,00	231.083.877	52,50	245.385.995	55,49
(Doc.1-Item3)								
(3) Empresas	924.695.728	55,66	793.781.064	41,00	4.500.723.540	78,20	748.820.541	37,22
Total - 1								
Outras (17)	736.670.234	44,34	1.142.811.906	59,00	1.254.625.158	21,80	1.263.270.486	62,78
Total - 2								
Geral (20) Empresas	1.661.365.962	100,00	1.936.592.970	100,00	5.755.348.698	100,00	2.012.091.027	100,00
Total Geral 1+2								

Nota: A participação na Copel em 1995 era de R\$369.302.683 - 82,70% do capital social.

b.3.1) “Bens Não de Uso”: Valor 7.891.621,96

Senhores, o que caracteriza um bem é somente a condição de uso. Sem essa característica fundamental não é bem e sim sucata, ou algo inservível, vejam, são 7 milhões. Equivalente a 358 casas populares, ou 526 carros populares para substituir e dar mais dignidade e segurança à nossa polícia, que se utiliza de motocicleta.

b.3.2) “Carteira de Desenvolvimento”: Valor R\$857.779.609,45

Senhores, aqui temos mais perguntas do que resposta. Por exemplo:

- Desenvolvimento para quem?

- Desenvolvimento com recurso de quem?

- Qual a condição de conversibilidade de uma carteira de R\$857 milhões, que tem que ser assumida pelo Estado e não pode ser objeto dos direitos privatizáveis?

- Não devemos saber em detalhes o que contém nessa carteira?

- Com esses recursos poder-se-ia construir mais de 38 mil casas, abrigando mais 133 mil paranaenses com teto.

b.3.3) “CDVBADEP/ COCELPA”: Valor R\$272.316.000,00

- O que é isso, senhores, será empréstimo de um banco de desenvolvimento a uma empresa privada?

- Por que o governo não pode alienar esse direito junto aos demais privatizados do Banestado?

b.1) O Governo integralizou capital do Banestado no valor de 3,6 bilhões somente em 1999. Para aliená-lo em 2000. Ao preço vil de R\$1,6 bilhões.

b.1.1) A consequência direta foi um prejuízo financeiro líquido, somente neste ato integralizatório de R\$2 bilhões, valor suficiente para construir 90 mil casas populares de valor unitário médio de 22 mil cada uma, que em média de 3,5 residentes por família, resultaria em teto a 315 mil paranaenses.

b.2) O prejuízo que o Paraná teve, fruto da dilapidação desse patrimônio, não se limitou ao exposto, vejamos no claro demonstrativo elaborado pelo gabinete do Conselheiro Rafael Iatauro, pág. 82 da Prestação de Contas de 1999.

b.3) A tabela 38 demonstra a real dimensão do prejuízo, causado pelo senhor governador, traz o referido documento do TC, de forma detalhada, tendo como fonte o balanço geral do Estado de 1999, cujo montante aplicado no saneamento do Banestado foi de R\$5,6 bilhões.

Dada a violência na degradação do dinheiro público, nos permitimos um breve comentário, bem como expor para análise crítica dos senhores item por item, o tamanho do absurdo no trato da coisa pública.

- Quem concedeu? Em que condições? Tal ativo se originou no Banestado?

- Não devemos, senhores, apurar amiúde, desde a possibilidade de recuperar tal valor, até a atribuição das responsabilidades do concedente?

- Estamos falando de R\$272 milhões, ou seja, o equivalente a mais 12 mil casa populares.

b.3.4) “Crédito de Baixa Liquidez”: Valor de R\$278.802.000,00

- Senhores, somente o estado pode assumir riscos de não receber a totalidade dos seus créditos? Os compradores aceitam somente crédito de alta liquidez? E o mico, só para o Paraná?

- Falamos aqui do equivalente a mais de 12 mil casa populares.

- Não devemos, senhores, na condição de representantes do povo, responsáveis pela fiscalização do patrimônio paranaense, intervir nesse descalabro?

- É mais cômodo ficar quieto? Fingir que não entendemos? A omissão nos será cobrada? Podemos ter certeza disso”.

Título do Grupo Atalla, 36 milhões e 273 mil.

Vou me limitando aqui porque sinto que não estou tendo aquela atenção devida. Vou me limitando, passando depois, na seqüência, aos taquígrafos, para que eles possam colocar no Diário Oficial da Assembléia, a fim de que fique marcado, para a história do Paraná, que não passou em branco a avaliação de transação financeira do Banestado, por este parlamentar.

Muito bem, vamos para frente. A comparação da compra de ativos da Reflorestadora Banestado, 47 milhões, 717 mil, documento 03, item 13. Mais uma incorporação de ativos, certamente não valem o valor contábil registrado, trazendo para o Estado aumento de

prejuízo, na transação do Banestado: total aqui de recursos para sanear o Banestado, 5 bilhões, 197 milhões e 600 e poucos mil, títulos empenhados pelo Estado.

Os documentos a que me refiro são dos técnicos do Tribunal de Contas e também do Tesouro do Estado. Trata-se de títulos cujo conceito de valor, na época da CPI a respeito, eram tratados como “títulos podres”. O Banestado havia adquirido tais títulos, são letras, aquelas conhecidas, de Alagoas, 50 milhões 539 mil; Pernambuco, 514 milhões; Santa Catarina, 65 milhões e alguma coisa; município de Guarulhos, 16 milhões e alguma coisa; município de Osasco, 81 milhões e alguma coisa. Total de títulos encampados: 428 milhões, 153 mil e alguma coisa!

Aqui, senhores deputados, ao contrário do que diz o gabinete do conselheiro Rafael Iatauro: “A valorização do ativo do Estado, como observou a Inspeção Geral de Controle, dependerá da aceitação desses títulos, no mercado”. Ou seja, aceito o valor nominal, escriturado do ativo, ocorrerá pela liquidez a conversão de recursos financeiros. Não vendendo o Estado pelos valores aqui comprados, teremos uma avaliação patrimonial não real. Total de recursos do Banestado: 5 bilhões, 625 milhões e alguma coisa.

Novas interrogações que somente o governador Jaime Lerner e o Banco Central devem responder: por que o Bacen não entrevistou antes de o Banestado chegar a esse ponto de degradação? Por que os recursos do Proer não socorreram o Banestado, enquanto o Proer socorreu outros bancos nacionais como o de São Paulo, o Banespa e outros? Por que não socorreu o Banestado? Será que através de uma intervenção do Procen todas as verdades sobre todas as operações correriam o risco de chegar ao conhecimento do público e aí, senhores deputados, não poderiam faltar celas especiais para os “colarinhos brancos”?

Bom, o escândalo não parou por aí. Vejamos, ao contrário, o conselheiro do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro: “conforme estabelecido na Lei 253 de 21/12/95, que autoriza a venda das ações da Copel e a Lei nº 11.963 de 19/12/97, relativa à venda das ações da Sanepar, as receitas auferidas serão aplicadas a atividades produtivas; aumento de receita tributária; geração de emprego; preservação do patrimônio, atração de capitais e investimento na área de energia.

Contudo, face à generalidade da lei, no que diz respeito à aplicação dos recursos, não foi possível formar opinião sobre o assunto.

10 - Além dos juízes já citados, dos malefícios do acordo entre o governo do Estado e a União, exigiram no exercício financeiro de 2000, um dispêndio em amortização de porte de empréstimo obtido junto ao governo federal, no valor de 1,7 bilhões de reais.

Aqui concluímos esse assunto e a conclusão que nós devemos encaminhar passa pela necessidade de instaurar mais uma CPI e remeteremos os documentos ao Ministério Público, além da divulgação ao povo do

Paraná, para que conheça um pouco mais da fatídica história cujo titular é “como um governo em tão pouco tempo consegue dilapidar tanto patrimônio público acumulado em tantos anos”.

Não podemos passar pelo capítulo das privatizações sem mencionar o que este governo fez e o que ainda pretende fazer de mal para o Paraná em relação à Copel e à Sanepar, conforme tabela nº 30, já citada, podemos afirmar que a participação do governo do Estado nas empresas Sanepar, era, em 96, de 87,52% do capital social da empresa e na Copel, em 95, era de 82,70%.

Em 2000 a participação caiu, da Sanepar para 52,50% e da Copel para 31,07%.

Em, senhores deputados, dizem novamente os técnicos do Tribunal de Contas: a participação do governo em empresas públicas e sociedade de economia mista caiu em 99, de 5,7 bilhões para 2 bilhões.

E nós, senhores deputados, temos a responsabilidade de evitar que este governo, por não reunir condições indispensáveis para realizar mais qualquer alienação de bens públicos, devemos nos posicionar firmes e intransigentes, no sentido de evitar mais a corrosão do patrimônio público do Estado do Paraná.

Senhores deputados. Pretendo fazer um pequeno resumo, sem leitura, para explicar, numa síntese como de fato o Proer deveria ter ingressado com recursos para sanear o Banestado, ou o Banco Central deveria decretar a intervenção do Banestado.

Por que não o fez?

Porque o Governo do Estado preferiu adquirir um empréstimo de 5 bilhões junto ao INSS, que vou explicar num outro pronunciamento, conforme documento já do Banco Central. Então ele resolveu realizar esse empréstimo a juro de cheque especial para integralizar 3 bilhões e seiscentos do Banestado para depois vendê-lo por um e V. Exas. lembram da Banestado Leasing?

Lembram dos escândalos?

É evidente!

A Tereza, que não me recordo o nome, foi ao Senado e disse “olha, o Banestado, desculpem-me, estava sendo administrado por uma quadrilha”. Essas foram as palavras da representante do Banco Central.

Ela foi na CPI, isso naquela época.

Então, o que fez o governo? Ao invés de permitir que o Banco Central fizesse a intervenção no Banestado, ao invés de permitir que o dinheiro do PROER fosse ingressado, ele resolveu assumir: “Eu vou pagar esse furo e vou deixar para o povo do Paraná, pagar em 30 anos.

Hoje a prestação é mais de 30 milhões de reais por mês! Como podemos aceitar uma atitude dessa? Se o governo tem 181 milhões de capital no Banestado, como é que ele vai integralizar 3 bilhões e 600 milhões em nome do povo do Estado e depois vender o banco por 1 bilhão e 600?

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Só para corroborar com a sua linha de raciocínio.

Trinta milhões por mês que é a dívida que os maus administradores do Governo Jaime Lerner deixaram para o povo do Paraná pagar todo mês! Esse dinheiro é retido pelo Governo Federal.

Dá um total, sem a correção de juros, de 6% ao ano, de 360 milhões/ano. É preciso lembrar que esse governo tem uma marca, pelo menos pretende ter uma marca, que é a do desenvolvimento industrial. Ouvi há dias, o deputado Ribas Carli defendendo as proezas do Governo Jaime Lerner, falando da mudança do perfil econômico no Estado do Paraná.

Pois bem, 360 milhões ao ano, somente a Toyota, que é a 2ª maior fábrica de automóveis do mundo, só perde para a GM Americana instalou uma fábrica no interior de São Paulo, com recursos próprios, gastando 250 milhões de dólares! Ora, 250 milhões de dólares dá exatamente perto de 500 milhões de reais hoje. Estamos ao ano pagando, em função da irresponsabilidade, do roubo e da corrupção no Banestado, durante 30 anos, 15 fábricas de automóveis iguais à que a Toyota instalou em São Paulo.!

Vejam as irresponsabilidades deste governo em relação às finanças do Paraná.

V. Exa. está de parabéns por abordar corretamente o descaso, a irresponsabilidade e aquilo que já sabemos que é o desvio do dinheiro público que aconteceu no Banestado. O Banco Central aceitou e o presidente Fernando Henrique aceitou que fosse transferido para a população do Paraná pagar em 30 anos.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. enriquece o nosso pronunciamento. Quando se fala em bilhões, nem sempre a população consegue entender o que é bilhões, mas os deputados conseguem entender perfeitamente, e V. Exa. sintetiza nosso pronunciamento de forma brilhante.

O que leva a imaginar mais uma vez, tentar encontrar alguma argumentação lógica. Um governo assumir um empréstimo desse sem ter a necessidade de assumir. Porque será que o governo não quis assumir que o Banestado estava com problemas financeiros? Na minha avaliação porque não podia mostrar as operações que o Banestado fez, porque essas operações viriam a público. Se viessem a público a casa cairia. Preferiu esse empréstimo, penalizar o povo do Paraná. E vamos, durante 30 anos, menos saúde, menos casas populares, menos segurança pública, porque todo mês o governo federal vai sequestrar o dinheiro devido do empréstimo.

Quando a população pensa: “é o governo que está devendo”, não nós, o povo. Por quê? Porque enquanto o Estado não tem esses recursos para investimento, evidentemente é menos educação, saúde e quem paga a conta é o povo.

Vejam bem, geralmente quem paga efetivamente a conta são aqueles que precisam de Governo, que são os mais pobres, que precisam de saúde, habitação, educação, segurança, emprego e é aí que o Estado vai faltar. Vai faltar porque você não pode realizar milagres! Agora, no próximo capítulo virá a público o contrato junto ao Governo Central, dos 5,1 bilhões de reais.

(Lê):

“b.3.4.a) “Título Grupo Atalla”: Valor R\$36.273.000,00

- O que isso significa senhores? Também não seria empréstimo do dinheiro público a iniciativa privada que não será recebido? Ou de difícil conversibilidade?

- Por que não se executam pelas garantias oferecidas?

- Quem é o responsável pela concessão de tal valor?

- Não devemos apurar responsabilidade?

b.3.5) “Incorporação de ativos da Reflorestadora Banestado” Valor: R\$47.717.000,00

- Mais uma incorporação de ativos que certamente não valem o valor contábil registrado, trazendo para o Estado aumento de prejuízo com transação do Banestado.

b.3.6) “Total até aqui de recursos para sanear o Banestado. R\$5.197.629.462,98

b.3.7.) “Títulos encampados pelo Estado”.

- Trata de título cujo conceito de valor, à época da CPI a respeito, eram tratados como “Títulos Podres” e o Banestado havia adquirido tais títulos, cujo valor discutível, e se fossem considerados conversíveis, faria parte dos ativos alienáveis, e não encampados pelo Governo do Estado, ou seja, o Povo do Paraná bancando o prejuízo.

- O montante representado por Letras do Tesouro Estadual - LTE, e Letras do Tesouro Municipal - LTM, estão assim compostos.

- LTE Estado de Alagoas R\$150.539.705,37

- LTE Estado de Pernambuco R\$114.364.122,60

- LTE Estado da Santa Catarina R\$65.194.556,37

- LTM Município de Guarulhos R\$16.475.574,01

- LTM Município de Osasco R\$81.579.472,78

- Total de Títulos Encampados R\$428.153.431,13

- Aqui senhores, o comentário é do gabinete do Conselheiro Rafael Iatauro: TC “A valorização do ativo do estado, como observou a Inspecção Geral de Controle, dependerá da aceitação desses títulos no mercado. Ou seja, aceito o valor nominal escriturado no ativo, ocorrerá, pela liquidez, a conversão em recursos financeiros. Caso contrário, não havendo o recebimento desses papéis no mercado de capitais, no mínimo, pelo valor de compra, significa que o ativo do Estado estará superestimado”

- Resta a nós Parlamentares, investigar e apurar as reais responsabilidades.

b.3.8) Total dos Recursos do Saneamento (Banestado). R\$5.625.782.894,11.

- Novas interrogações que somente o Governador Jaime Lerner e o Banco Central devem responder.

- Porque o Bacen não entrevistou antes do Banestado chegar a esse ponto de degradação?

- Por que os recursos do Proer não socorreram o Banestado?

- Será que através de uma intervenção no Bacen, todas as verdades, sobre todas as operações corriam o risco de chegar ao conhecimento público? E aí, senhores não poderia faltar celas especiais para os “colarinhos brancos”.

b.3.9) O escândalo não parou por aí, vejamos o comentário do Conselheiro do Tribunal de Contas Sr. Rafael Iatauro.

“Conforme estabelecido na Lei nº 11.253 de 21.12.95, que autoriza a Venda de Ações da Copel e Lei nº 11.963 de 19.12.97, relativa à venda de Ações da Sanepar as receitas auferidas serão aplicadas em atividades produtivas, aumento da receita tributária, geração de empregos, preservação do patrimônio, atração de capitais e investimentos na área energética.

Contudo, face à generalidade da Lei, no que respeita à aplicação dos recursos, não foi possível formar opinião sobre o assunto”.

b.10) Além dos prejuízos já citados, os maléficos do acordo entre o governo do Estado e a União, exigiram, somente no exercício financeiro de 2000, um dispêndio em amortização de porte do empréstimo obtido junto ao Governo Federal para Saneamento do Banestado no valor de R\$1,7 bilhões.

Aqui concluímos esse assunto e a conclusão que devemos encaminhar, passa pela necessidade de instaurarmos mais uma CPI ou denúncia ao Ministério Público.

Além da divulgação ao povo paranaense, para que conheçam um pouco mais da fatídica história, cujo título é “Como um Governo em tão pouco tempo consegue dilapidar tanto o patrimônio público, acumulado em tantos anos”

b.4) Não podemos passar pelo capítulo das privatizações, sem mencionar o que esse governo fez e ainda pretende fazer de mal ao Paraná, em relação à Sanepar e à Copel.

- Conforme tabela nº 30 já citada, podemos observar que a participação do Governo do Estado nas empresas Sanepar era em 1996 de 87,52% do capital social da empresa, e na Copel era em 1995 de 82,70%.

- Em 2000, a participação caiu na Sanepar para 52,50% e na Copel para 31,07%.

- Eis senhores, dizem novamente os técnicos do Tribunal de Contas;

b.5) A participação do Governo em empresas pública e sociedades de economia mista caiu em 1999 para 2000 de R\$5,7 bilhões para 2,0 bilhões.

- E nós senhores deputados, temos a responsabilidade de evitar que esse governo, por não reunir as condições indispensáveis para realizar mais, qualquer alienação de bens públicos, devemos nos posicionar firmes e intransigentes, no sentido de evitar mais corrosão do patrimônio público do nosso Paraná.

Programa de Saneamento do Banestado

No caminho da redução do tamanho do Estado e buscando minorar sua interferência em atividades prestadas pelo setor privado, o Paraná deu início, em meados de 1997, ao Programa de Saneamento Financeiro do Banco do Estado.

Amparado em instrumentos legais editados pelo Governo Federal, via Medidas Provisórias nº 1.590/17, de 20.11.97 e 1.612/18, de 11.12.97, foram formados os procedimentos em busca do equilíbrio financeiro dessa instituição bancária estatal, cujas ações se basearam na seguinte legislação estadual:

Tabela 37 - Legislação do Programa de Saneamento do Banestado

LEGISLAÇÃO	DISPOSIÇÕES
Lei nº 11.961 de 19.12.97	<ul style="list-style-type: none"> * Autoriza o Poder Executivo a refinanciar a dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE existente no Banco do Estado do Paraná S/A até R\$575 milhões; * aquisição de Ativos de propriedade do Banestado referentes a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, Programa de garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e securitização das operações rurais até R\$410 milhões; * autoriza a contratação de financiamentos, aquisição de ativos e assunção de passivos do Banestado até o valor de R\$840 milhões; * financiamento do saneamento do Banestado S/A, correspondendo a 50% das necessidades que importa em até R\$580 milhões; * assunção de passivos do Banestado junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal até R\$260 milhões; * autoriza alienar ações desta instituição e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital sem prejuízo da manutenção de sua condição de acionista controlador; * autoriza o Poder executivo a proceder aumento de capital no Banestado até o valor de R\$1.200 milhões em espécie e/ou assunção de dívidas.
Lei nº 12.201 de 25.06.98	<ul style="list-style-type: none"> * Altera dispositivos da Lei nº 11.961 de 19.12.97; * autoriza a contratação de financiamentos, até o valor de R\$3.750 milhões a valores de 31.03.98 para utilização em: <ul style="list-style-type: none"> * pagamento de débitos do FDE junto ao Banco do Estado do Paraná S/A e Banestado Participações S/A. * recomposição patrimonial do Banestado; * aquisição de ativos; * capitalização do Banestado; * ajuste do passivo atuarial da Fundação Banestado de Seguridade Social - FUNBEP; * suporte financeiro para atendimento ao Programa de Desligamento Voluntário do Banestado S/A. * O Poder Executivo utilizará os recursos provenientes da alienação do controle acionário do Banestado, bem como os oriundos do recebimento de ativos, para amortização do financiamento obtido junto a União; * autoriza alienar desta instituição e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência do seu controle acionário; * fica o Poder Executivo autorizado a proceder aumento de capital, adquirir ativos ou assumir passivos do Banestado até o valor de R\$4.100 milhões.

Lei nº 12.602 de 30.06.99	<ul style="list-style-type: none"> * Acresce parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 11.961/97, com redação alterada pela Lei nº 12.201/98, dá nova redação ao artigo 5º, da referida Lei nº 11.961/97 e adota outras providências; * autoriza o Poder Executivo a alienar ativo que tenha recebido em virtude do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, inclusive bens imóveis; * a gestão dos ativos e demais atribuições conferidas, poderá ser transferida para pessoas de direito público, ou por licitação para pessoas de direito privado; * altera artigo 5º da Lei nº 11.961/97, com redação alterada pela Lei nº 12.201/98; * fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, caução e/ou garantia... ações que detém na COPEL, até o limite de R\$450 milhões; * reajusta valores dos artigos 5º e 6º da Lei nº 12.201/98, considerando a mesma forma, prazo e condições.
Portaria nº 145/99 - TC de 08.03.95	* Constitui Comissão Especial para supervisionar e controlar os atos e procedimentos relativos às privatizações e desestatizações de organismos públicos do Estado do Paraná.
Decreto nº 1.732, de 12.01.2000	* Designa membros para integrarem a Comissão de Coordenação, destinada a supervisionar os serviços contratados para o processo de avaliação - venda das ações do Banco do Estado do Paraná S/A, de titularidade do Estado do Paraná.

Apesar de algumas etapas do processo de ajuste terem sido executadas no exercício financeiro de 1998, foi em 1999, no entanto, que a busca do saneamento do Banco repercutiu nas contas gerais.

De acordo com as informações do Balanço e os dados apurados pela Inspetoria Geral de Controle do Tribunal, o Estado contraiu empréstimos junto à União e encampou dívidas do Banestado, na ordem de R\$5,6 bilhões. Houve, de fato, o aumento de ingresso na receita do Estado - a título dos empréstimos contraídos e o conseqüente crescimento da dívida.

Assim, o fator “Saneamento do Banestado” influenciou, atipicamente, todos os momentos de análise das contas do Governo do Estado, mostrando-se ora favorável, ora desfavorável.

As operações, nos termos do Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a União, visaram “financiar a redução da presente do setor público estadual na atividade financeira bancária”, com amparo da Medida Provisória nº 1.654-25, de 10.06.98 e da Lei nº 9.496, de 11.09.97.

Se a União fixou os valores do financiamento, o Estado, por seu turno, comprometeu-se a adquirir, do Banestado, os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e pelos Municípios de Osasco e Guarulhos, em função de cláusula segunda do contrato de abertura e de compra e venda de ações, celebrado entre a União e o Estado do Paraná, assim disposta”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulto a Liderança do PSL, se fará uso do seu horário. Com a palavra o senhor Antonio Carlos Belinati.

Antes, porém, quero registrar a presença do prefeito de Dois Vizinhos, Padre Lecier. Registro feito pelo deputado Cesar Seleme.

O deputado Ademir Bier registra a presença de Manguito Dalposo, vice-prefeito de Ouro Verde Oeste, bem como Carlos Barbosa, membro da executiva do PMDB daquele município.

Sejam bem-vindos.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados.

Uma resolução emitida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, datada de 22 de novembro de 2001, é o assunto que me traz a esta tribuna, e tenho certeza que é de interesse de toda esta Casa, porque há questão de trinta, quarenta dias atrás, aprovamos uma Emenda Constitucional que desvincula a Polícia Científica do Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná.

E neste fim de semana recebi em meu escritório, uma cópia de uma resolução emitida e assinada pelo secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, e ouvi de perto o relato desse funcionário, que foi inclusive chefe da seção do Instituto Médico Legal de Londrina, e me preocupou essa notícia, deputado Fernando Ribas Carli, V. Exa. que foi o autor dessa Emenda Constitucional.

Nesta resolução que tenho em minhas mãos, Secretaria da Segurança Pública está transferindo esse antigo diretor do IML de Londrina para seção de Cornélio Procópio. E a preocupação dos funcionários, dos peritos da nossa região, é que isso venha a acontecer com outros profissionais, numa medida de retaliação da Secretaria da Segurança Pública, daqueles que estiveram fazendo parte desse movimento, pedindo o apoio das senhoras, dos senhores deputados.

E mais grave ainda, deputado Geraldo Cartário, é que no relato desta resolução, a Secretaria coloca como o fator preponderante a necessidade de Cornélio Procópio ter um perito do Instituto Médico Legal. E não venho aqui desmerecer que Cornélio Procópio não precise. Acredito eu que Cornélio Procópio e tantas outras seções do Instituto Médico Legal do Paraná estejam precisando de um perito, mas o mais grave disso tudo é que Cornélio Procópio, há poucos dias atrás, mandou embora, transferiu um perito para a cidade de Londrina.

Então, na minha avaliação, esta consideração que é feita nesta resolução é totalmente improcedente, porque jamais, senhor presidente, um parecer ou laudo emitido

pelo Instituto Médico Legal, pode levar assinatura somente de um perito. Para que seja emitido um laudo do Instituto Médico Legal, é necessário a assinatura de pelo menos dois peritos.

Então, questiono a Secretaria da Segurança: por que esse perito foi transferido para Cornélio Procópio, sendo que Cornélio Procópio não tem nenhum perito hoje lotado na sua seção?

Então, a minha preocupação é que amanhã ou depois esse funcionário que hoje tem extrema importância para o desenvolvimento do trabalho do Instituto Médico Legal de Londrina, venha ficar encostado na seção de Cornélio Procópio.

Então, vim fazer um apelo aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, para que a Secretaria da Segurança Pública reveja esta resolução que tenho em minhas mãos. E tenho certeza que, mais para frente, alguns dos senhores e das senhoras deputadas, estarão recebendo peritos da sua região, que vieram aqui, pedir apoio dos senhores deputados, para que essa Emenda Constitucional seja aprovada.

Então, faço um apelo à Liderança do Governo aqui, dizer que a nossa preocupação é que não se faça retaliação, porque conheço o governador Jaime Lerner, e tenho certeza que não é esse o seu perfil, de ficar perseguindo os interesses daqueles que estão aqui reivindicando para a sua entidade ou para a sua associação.

O Sr. Moysés Leônidas

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Antonio Carlos, acho importante que V. Exa. traga esse problema, porque nós já temos problemas com o IML de Londrina.

Recordo-me quando fiz aqui, alguns pronunciamentos defendendo essa necessidade, porque o Instituto Médico de Londrina, atende de Jacarezinho a Paranavaí.

E totalmente desfalcado, o dia que tinha carro para carregar os mortos, quando precisavam não tinha gasolina; o dia que tinha gasolina, não tinha motorista; o dia que tinha motorista, não tinha bisturi; o dia que tinha bisturi, não tinha geladeira; e o Instituto Médico Legal de Londrina estava largado “às moscas”, inclusive defuntos entrando em estado de putrefação porque a geladeira, o freezer do IML não estava funcionando!

Fiz essas denúncias, e o diretor do órgão, lá em Londrina, que me subsidiou desses conhecimentos, foi também podado pelo secretário Tavares.

Dá a impressão até, que ficamos aqui “pegando no pé” do Tavares, mas não é nada disso.

É que ele é vingativo mesmo! É do perfil dele!

Fomos lá com o governador no dia da inauguração daquela Casa de Custódia, e o ex-deputado Tavares, secretário da Segurança, foi junto. O governador foi lá naquele - entre aspas - protesto, que o prefeito de Londrina participou, (aborrece a autoridade que está levando alguma coisa para a cidade e é recebido daquela forma), e

no dia seguinte, o secretário Tavares foi lá na Prefeitura de Londrina levar dinheiro para o prefeito. Até aí é normal, porque a cidade também tem direito, não tem problema. Então ele age como se fosse uma república à parte!

Só para subsidiar V. Exa., o Instituto Médico Legal aqui da Capital, recebeu agora um investimento de um milhão e meio de reais, e para o interior - leia-se Londrina e o restante - cento e cinquenta mil reais, só!

Esse é o tratamento que tem dado para a nossa cidade, para a sua e para a minha cidade, que é a cidade de Londrina.

Lá, aquele que se insurgir, acontece na PEL, acontece no Instituto Médico Legal, e está acontecendo agora na Casa de Custódia. Aquele que não dançar conforme o toque do secretário, ele manda bailar em outro centro!

Então, quero cumprimentá-lo. Não conheço o programa que V. Exa. está fazendo, mas pelo tratamento que ele tem dado até então, ele é capaz mesmo de fazer essas coisas.

Só para complementar.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Agradeço o aparte, deputado Moysés Leônidas, e inclusive, tenho certeza até que esse funcionário que cito nesta tribuna, tem um grau de amizade com V. Exa., que é o antigo diretor do IML, doutor Queirós, que já me relatou, senhor presidente, que em outra oportunidade houve uma retaliação com esse funcionário, que a diretoria do IML solicitou desse funcionário um laudo, mas vejam o absurdo, solicitou que esse funcionário emitisse um laudo, durante o período em que ele estava de férias! Inclusive, foi aberto um processo contra esse funcionário, porque ele teria recusado a emití-lo, garantindo o direito dele que estava em férias, viajando inclusive em outro Estado.

Essa preocupação é a mesma que tenho, e vou muito mais além: uma matéria que li há poucos dias, na Folha do Paraná, que a Secretaria anunciava que Londrina vai perder nesse final de ano 156 policiais, que serão transferidos para outras localidades.

Então, com o problema da segurança pública que nós já temos na nossa região, deputado Moysés Leônidas, nós não podemos acreditar que no momento que vive a nossa segurança, que nós iremos perder na nossa região, 156 funcionários, para outras localidades do Estado do Paraná!

Deixo registrado esse protesto, e tenho certeza que com o apoio aqui dos deputados da Base Aliada do Governo e com a consideração da Liderança do Governo, peço que seja revista essa Resolução que, na minha avaliação, até que se prove o contrário, é truculenta e perseguidória com relação aos membros que vieram fazer seu protesto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni, no Horário da Liderança do PT.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a Bancada do PMDB vai ter que se ausentar da Sessão. Temos um Encontro do nosso Partido às 16 horas com o senador Requião, com os deputados federais e estaduais do Paraná e por isso a Bancada terá que se ausentar, para poder participar desse Encontro, de fundamental importância para o nosso Partido no Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, muitas vezes a gente é movido por informações veiculadas na imprensa, e muitas vezes, por falta de espaço ou por um pequeno equívoco de um outro jornalista, as informações não saem da forma como elas realmente são na realidade.

O deputado Moysés Leônidas se referiu de uma maneira elegante, mas, de certa maneira, tentando, subrepticiamente atribuir a manifestação que lá em Londrina aconteceu contra o governador Jaime Lerner por ocasião da inauguração da Casa de Custódia, como se o prefeito tivesse alguma coisa a ver com a manifestação.

É preciso lembrar o deputado Moysés Leônidas, que não somente o prefeito teve problema para chegar até a inauguração, mas, personalidades da cidade de Londrina também ficaram retidas em função do bloqueio, dos problemas que lá ocorreram e eu conheço o prefeito Nedson; seria incapaz de cometer uma deselegância dessas em relação ao governador do Estado. O nosso Partido, em que pese as posições que temos, firmes contra o Governo do Estado, mas sabemos do papel que a figura do governador exerce na República democrática que é o nosso País e pretendemos não só defender, mas também aprofundar a democracia.

Foi bom que o deputado Moysés Leônidas trouxe este pequeno ruído de informações à baila, porque o meu objetivo hoje, de falar na tribuna, como líder do PT, se trata de um outro erro de informação.

Recentemente os jornais do Paraná e o Palácio Iguaçu, não sei, movidos por quais motivos, estimularam através da Secretaria de Comunicação, comandada pelo senhor Rafael Greca, que a Prefeitura de Maringá trazia um ônus muito grande para o Estado do Paraná e também para a comunidade universitária, da Universidade de Maringá, porque na administração da Prefeitura, que é comandada pelo professor José Cláudio, que é do meu Partido, PT, estariam perto de 20 professores e funcionários à disposição da Prefeitura Municipal de Maringá.

É preciso dizer que isto é verdade.

Isto é verdade, mas é preciso dizer que o senhor Alaécio Cardoso, professor do Curso de Direito, que o senhor Ênio José W., professor do Curso de Economia, Gilberto Júnior, professor de Odontologia, José Ricardo, professor de Economia, Marcos Roberto Vasconcelos,

professor do Curso de Economia, Paulo Roberto, professor do Curso de Medicina, Regina D. Silva, professora do Curso de Enfermagem, Reginaldo Benedito Dias, professor do Curso de História, Sérgio Pavan Margarido, professor do Curso de Economia, Tânia Fátima Cavaltati, professora do Curso de Processamento de Dados e Marino E. Gonçalves, professor do Curso de Direito.

Todos são professores da UEM, e no entanto, todos continuam dando aula na UEM; não abriram mão da sua cátedra. Todos dão aula. Abriram mão do TIDE, que existe para os professores nas Universidades Públicas Estaduais e são comissionados de cargo. Continuam dando aula e só comissionados, porque são funcionários do Estado e compatibilizam as 35 horas que dão na prefeitura, do regime da Prefeitura, com as 20 horas que dão na Universidade, na sua carga horária de Maringá.

É preciso que seja desfeito o mal-entendido, porque a política, os rumores da política, a vontade de se contra-por contra o adversário, faz com que a gente cometa injustiças e propagandeie falsas informações.

Estou trazendo essas informações a respeito da Universidade de Maringá. É bom para Maringá que o corpo técnico da Universidade esteja prestando um serviço para a cidade, continue dando aula, como continuam dando aulas.

Estão aqui as certidões e as declarações dos professores. Não abriram mão de dar as vinte horas-aula. Todos eles, continuam como secretário na cidade de Maringá.

Eram esses os esclarecimentos que tinha a fazer.
Obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Até para fazer justiça, o deputado Vanhoni, na colocação que eu fiz, do prefeito de Londrina, na visita do governador, eu não acho e não disse que ele estava fazendo manifestação. Até tenho um bom relacionamento de amizade com o prefeito, mas lá, carinhosamente, a cidade diz que o prefeito estava no lugar errado e a polícia barrou-o porque não o reconheceu: estava muito mal arrumado. A cidade comenta essa situação, de brincadeira.

Com relação ainda à questão da UEM, de gente da Universidade estar trabalhando na UEM, isso aconteceu na UEL também, em Londrina, na época em que o prefeito era do PT, Luiz Eduardo Cheida e lá, carinhosamente, o pessoal dizia o seguinte: “Esse povo já acabou com a UEL e agora vai acabar com a Prefeitura”. Só para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados. Não que a carapuça tenha servido a este parlamentar, mas a Folha do Paraná, do ilustre empresário José Eduardo de

Andrade Vieira, candidato a governador, traz: Imunidade livra dez deputados, de processos”. Inclusive, cita meu nome.

Eu peguei uma certidão, do deputado Caíto Quintana, peguei dezoito certidões: do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Justiça Federal, do Ministério do Trabalho, da Junta Comercial e as certidões que abonam a minha conduta.

Não estou sendo processado por crime, nem em caixa 2 em Londrina, em Maringá ou em Curitiba. Não estou sendo investigado pelo Ministério Público. Não estou envolvido com marginais, e os únicos processos que eu tenho, se me permitem dizer agora, na frente do deputado Quintana, já que ele me deu uma certidão, me ilibando e a palavra que ele disse - criminosos - ele deve ter se referido a Brasília. O único processo que eu tenho é sobre uma briga que tenho com o senador Requião na Justiça Civil.

Critiquei o ex-comandante da Polícia Militar, porque ele perseguia um delegado na Região Metropolitana, e ele entrou com um processo nesta Casa. Depois eu disse que o delegado de polícia de Londrina era medíocre.

Medíocre, segundo o professor Aurélio, não é bom nem ruim.

Entrou com um processo contra mim, nesta Casa.

A Folha do Paraná trouxe uma matéria, há quatro anos, de uma quadrilha de estelionatários de Londrina, que pertence à elite dominante, que montou uma arapuca no edifício do Banco do Brasil. Ali vendiam kiwi. Diziam que tinham uma fazenda onde plantavam kiwi. Vendiam cotas do kiwi. Até eu comprei. Vendiam, por exemplo, dez árvores de kiwi.

A Folha do Paraná destacou: “Estelionatários de Londrina aplicam golpe. Vendem o que não têm”.

Eles vendiam e não entregavam.

Eu não quero citar o nome, mas é da elite. Anda de Mercedes, etc.

A Folha do Paraná fez a matéria e eu tenho o hábito de ler todos os jornais no meu programa de televisão. Eu peguei a Folha do Paraná e disse: “Atenção, estelionatários de Londrina continuam aplicando o golpe do kiwi”.

Recebo um fax da Associação. Seis mil pessoas montaram uma associação em Brasília, porque caíram no golpe das árvores do kiwi e eu, “*animus narrandi*”, li a matéria, comentei. O cidadão entrou com um processo.

Se fosse por corrupção, de Caixa 2, tudo bem! Todos esses pedidos para me processar já foram para Plenário. Já foram votados na época do deputado Anibal Khury. Faz muitos anos! Por isso, fui ao deputado Caíto pedir uma certidão e ele me deu uma certidão ilibada. Fui ao TJ, ao M.P., ao Poder Judiciário Federal. Não tenho o que temer.

Com relação à imunidade, concordo com os deputados Zucchi e Caíto num ponto. Por exemplo, se eu vier à tribuna e disser o que aconteceu com os dois policiais

de Brasília neste final de semana, que estavam chegando no hotel e dois bandidos chegaram para roubar o carro dos policiais. Era carro de encomenda. Eu não gosto de bandido, de traficante de drogas. Não gosto, porque eu tive problemas na minha família, com meu filho.

O deputado Pessuti acompanhou a minha vida. O senador Álvaro Dias ajudou a salvar a vida do meu filho, porque dois vagabundos, que apareceram na CPI, mascarados e tentaram falar do meu filho para me pegar.

Eu não posso pagar pelo erro do meu filho, coitado! Meu filho hoje está bem, está trabalhando. É um menino maravilhoso, querido atleta. Tudo bem, aconteceu! Mas, isso acontece nas melhores famílias, não é, deputado Ângelo?

Tanto é que os dois vieram na CPI naquela época, encapuzados, e ajudei a prender. Eles pegaram trinta anos e mandaram um recado para mim: um dia nós vamos te pegar. Vamos pegar o teu filho, vamos pegar você!

Então, eu fico feliz com essa imunidade, deputado Caíto, sabe por quê? Porque agora temos o direito de falar. Eu posso falar na televisão, posso falar na rua, posso falar aqui. Então, eu estou feliz, mas fico mais feliz por V. Exa. ter me dado uma certidão que atesta a minha idoneidade neste parlamento.

Muito obrigado.

Concedo um aparte a V. Exa.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Alborghetti, eu quero me valer inclusive desse aparte para deixar claro a todos os parlamentares da Casa, porque essa matéria que tratou sobre a imunidade, eu acho que é um avanço realmente no nosso sistema de atividades parlamentares, é um avanço. Mas, os jornais tem feito uma cobertura a respeito da lei que está votando em Brasília, é, obviamente, determinado por sucursais ou porque é matéria do momento, os jornais passam a questionar dentro das Casas de Leis de todos os Estados, possíveis pedidos de processo ou não que existam. E é a segunda vez que isso vai em jornal e essa última sai com foto, inclusive uma foto minha, por ser corregedor, e dá a impressão de que dados, eventualmente, tenham sido colocados por mim. Não. Eu tenho dito uma coisa: Corregedoria é absolutamente diferente do pedido de processamento de deputados pelo Tribunal. Por quê? Porque a relação de pedido de processo é uma relação chefe para chefe, não é? É o chefe do Poder Executivo para o chefe do Poder Legislativo e coisa semelhante. O nosso problema de Corregedoria é um problema interno da Casa; não é um problema de processar ou não, e eu desconheço deputados com pedido de serem processados aqui na Casa.

E também vou além, deputado Alborghetti. Um pedido para ser processado não significa que uma pessoa seja culpada. É bom que isso fique claro, que muitas e muitas vezes alguém tem uma solicitação para ser processado ou é processado e no curso do processo mostra a sua inocência!

Eu quero dizer aqui, publicamente, como o fiz por escrito naquilo que me compete na Corregedoria com relação a V. Exa. que tenho por V. Exa. a maior estima e já lhe disse pessoalmente e vou lhe dizer em público até V. Exa. tem uma preocupação quase que em demasia pela possibilidade que alguém diga alguma coisa contrária à sua conduta. E uma pessoa que tem um programa de rádio, um programa de televisão do estilo que V. Exa. tem, um programa duro, que bate em todo mundo, que denuncia todo mundo, evidentemente sobre revés. Isso é impossível que não haja, e eu até rezo a Deus que não lhe armem alguma, algum dia, porque quando se põe a claro o comportamento de tantos e tantos grupos de marginais que infestam, infelizmente a nossa sociedade, e V. Exa. sempre teve coragem para denunciá-los, é claro que corre o risco de um processo.

Então, V. Exa. sabe que isso não partiu desta Assembléia, seguramente também não partiu, não tenho procuração para fazê-lo, mas do presidente Hermas Brandão, também não. É um levantamento que eventualmente a imprensa esteja colocando muitas e muitas vezes correto e muitas e muitas vezes também não correto, mas de qualquer forma deixo claro aqui uma coisa: pedido para processar deputado não significa que o parlamentar ou qualquer cidadão seja culpado.

Na verdade, a grande maioria das pessoas processadas têm a possibilidade de provar a sua inocência e eu acho que embora V. Exa. não tenha nenhum processo eu continuo a dizer: eu admiro muito o seu trabalho e a sua coragem.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, só para eu encerrar, por favor! Eu já esgotei o meu tempo, por isso peço só um minutinho.

Deputado Caíto, foi criado uma máfia, o Chab denunciou e eu denunciei, a máfia das funerárias. Aí eu entrei na parada, desculpem-me o palavreado, eu entrei, na gíria, com o seu genro, nós fomos à guerra. O seu genro ia para a televisão e “pau” e eu “pau”! Aí um dia o seu genro chegou para mim e disse: Alborghetti, está na hora de dar uma manerada, porque está vindo processo por aí, em cima, e vão entrar na Assembléia para te processar. Aí eu falei: não tem problema, nós temos que acabar com a máfia das funerárias. E o seu genro auxiliou-me em tudo. Tudo que eu falava na televisão, eu era embasado através do seu genro. O seu genro é um grande advogado crimilanista.

Então eu não tenho culpa de ter um programa de televisão onde eu falo as coisas, procuro falar a verdade, principalmente aquilo que está nos jornais.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Deputado Alborghetti, eu não iria me reportar ao assunto, mas acho oportuno porque o meu nome aparece

na lista aí como um deputado que está sendo acorbertado pela impunidade, não é nem imunidade.

Olha, eu quero abrir mão, aqui, e o farei agora em público e ao Presidente desta Sessão, o seguinte: abro mão da minha imunidade para receber esse processo que aí está e relato que processo é uma coisa simples que para mim é banal e o faria quantas vezes necessárias fossem, é o de uma menina de treze anos que foi estuprada e o pai e a mãe foram para delegacia de polícia registrar queixa.

A delegacia estava fechada, não havia ninguém para atender. Um pai e uma mãe que tinham uma criança, uma adolescente de 13 anos violentada! E eu, então, estava inclusive fazendo o meu programa, ao vivo na rádio cidade, no ar, o pai me ligou e disse: está acontecendo isso aqui. Olha, o que você quer que eu faça? Que eu chame o delegado do quê? No mínimo de incompetente.

Então, essa é a relação de um processo que aí está. E eu faria, e farei quantas vezes forem necessárias para defender a sociedade.

Então, não tem o mínimo aqui, de preocupação e de vergonha. Agora, assusto-me quando vejo, de repente, sendo colocado, dá a entender que eu cometi um crime muito grave, ou tenha tirado a vida de alguém, ou tenha roubado, ou tenha cometido alguma coisa muito séria, muito grave.

Olha, e eu quero deixar claro ao presidente hoje aqui, presidindo essa Sessão, se for para abrir mão da impunidade, que aí como está colocada a matéria impunidade, não imunidade, abrirei já. Não há porque temer.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Sim, mas já foi passado o projeto, o senhor não vai ser processado.

Falar a verdade agora merece processo?

Quantas vezes necessárias forem, eu serei processado por péssimos servidores públicos que não atendem à população, que ganham dinheiro, que recebem dinheiro público e não atendem à população. Não admito isso! E serei processado 500 mil vezes!

Então, eu só quero dizer o seguinte, deputado José Maria, por favor deputado Waldyr Pugliesi, por favor: houve um assassinato aqui no Estado, mataram uma senhora da elite dominante. Cortaram a cabeça desta senhora. Tudo bem. Colocaram a cabeça num local. Aí eu mandei a minha equipe para o local. Cheguei lá. Procura o corpo. Achemos o corpo na banheira. E não acha a cabeça, e procura a cabeça. Aí acharam a cabeça da mulher em outro local, deputado José Maria, escuta, pelo amor de Deus, porque quiseram me processar. Procurando nos álbuns, o delegado no ar, no meu programa de televisão, pega um álbum de fotografia e diz: olha, nós estamos procurando as seguintes pessoas, fulano, fulano, fulano, sicrano, fulano, sicrano, todos da elite. Aí aparece um apartamento chiquérrimo dessa senhora em Caiobá. E todo mundo numa festa reunido com a madame. E no velório não foi ninguém, deputado José Maria, todo

mundo sumiu, desapareceu, a mulher parecia que estava com câncer. Aí eu fui na televisão e falei: ué, cadê as amigas da senhora que foi assassinada e cortaram a cabeça? O senhor acredita! Todo mundo que saiu na foto entrou com uma representação contra mim e contra o delegado. O que eu posso fazer?

E não tem nada a ver com o parlamentar do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário da Liderança do PPS.

Antes porém queremos registrar a presença do vice-prefeito de Marechal Cândido Rondon, Valdir Portinho e o vereador Elmir...

Sejam bem-vindos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje são assuntos relacionados à nossa agropecuária paranaense. Em primeiro lugar, e já me adiantava aqui o deputado Orlando Pessuti que provavelmente amanhã vai ser instalada a CPI que vai tratar principalmente da cadeia produtiva do leite e também dos derivados de carne. Já outros Estados da Federação instalaram as suas CPI's e tiveram resultado extremamente surpreendente e há dias atrás nós estávamos reunidos com prefeitos da região central e centro-oeste, e lá estive o secretário Antonio Poloni, da Agricultura, e ele relatava alguns abusos que chegavam e algumas denúncias que chegavam à sua secretaria, exatamente falando sobre este assunto, dizendo que enquanto é pago ao produtor do leite 20 centavos o litro, algumas marcas de queijo estavam sendo vendidas nos supermercados em torno de 35, 40 reais, o quilo, quando se utilizam normalmente de 8 a 10 litros de leite para que se fabrique um quilo de queijo.

E neste encontro nós vimos uma declaração que eu considere extremamente infeliz por parte do secretário Antonio Poloni, quando ele falava aos prefeitos não ter recebido apoio e não estava recebendo apoio da Assembleia Legislativa e muito menos da Câmara Federal e do Senado da República, principalmente na questão relativa ao Orçamento, dizendo que os deputados não se preocupavam, não davam apoio, e por esta razão faltavam recursos para a sua pasta.

E agora, quando estamos prestes a votar o Orçamento do Estado, estamos propondo uma emenda, inclusive foi sugerida esta emenda pelo deputado Augustinho Zucchi e diversos deputados que trabalham, que militam nesta área para que nós colocássemos cinco milhões no Orçamento do Estado, para que fosse atendido o programa de calcário que vai atender o micro e pequeno empresário.

Então, estamos fazendo, sim, a nossa parte, não somente neste ano, em vários anos já apresentamos emendas e sempre eu sou presidente da Comissão de Orçamento, e sempre que o secretário Poloni ou o Her-

mas Brandão, quando secretário da Agricultura solicitou à Assembléia Legislativa, sempre teve total apoio de toda a Assembléia e de todos os partidos políticos.

Mas eu fiquei realmente indignado com a declaração que vi na última quinta-feira, novamente feita pelo secretário Poloni, uma declaração infeliz onde ele dizia que seria candidato a deputado estadual, deputado Hermas Brandão, porque falta representatividade a este setor na Assembléia Legislativa.

Eu não posso concordar com isto. Não estou aqui vestindo a carapuça, até porque sou um dos deputados que tenho alguns projetos que foram transformados em leis que beneficiam o setor da agropecuária paranaense. Citaria, por exemplo, a lei da erva-mate, emendas que reduziram de 17 para 7% o ICMS da erva-mate, da maçã, como também a lei que proíbe a comercialização, circulação e importação de carnes oriundas de países que utilizam anabolizantes.

Agora, já que o secretário Poloni quis fazer uma crítica à Assembléia Legislativa de forma generalizada, ele também nos dá o direito de criticá-lo, até porque esta lei que aprovamos aqui, que foi sancionada pelo governador do Estado, até hoje não está vigorando, até hoje nós estamos aí importando, comercializando carne que está circulando em todo o Estado do Paraná, oriunda da Argentina, que usa anabolizantes por falta do cumprimento da lei, principalmente por falta de empenho do secretário Poloni, da Agricultura.

O Sr. Augustinho Zucchi

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Cezar Silvestri, eu gostaria de cumprimentá-lo, ao tratar dessa questão. V. Exa., como presidente da Comissão de Orçamento, tem o conhecimento do orçamento que vem para cá.

Quero resumir em uma só frase: quem é responsável pela peça orçamentária - pelo Poder Executivo? A proposta enviada pelo Poder Executivo, em termos de agricultura do Paraná, não é a dos últimos tempos, é a menor da história da Secretaria da Agricultura do Paraná. Só teve um momento em que tivemos um incremento, quando o deputado Hermas Brandão, secretário da Agricultura, cumpria leis importantes que foram aprovadas pela Assembléia, como é o caso da Lei do Calcário e como essas que V. Exa. colocou.

Não vou fazer obviamente nenhuma crítica, aqui, apenas vou fazer uma defesa da Assembléia. Aqui, na Assembléia Legislativa, as entidades representativas do setor agropecuário, quer seja a Ocepar, a Faep, a Fetaep, a Associação de Agricultores, tiveram sempre a acolhida unânime da Assembléia, com relação à defesa dos interesses da agropecuária do Paraná. Projetos como o da Lei do Solo - do uso do solo - do deputado Orlando Pessuti e de outros deputados; Lei de Agrotóxicos, de outro deputado, Paulo Furiati, junto com o deputado Rubens Bueno, quando aqui estavam; o projeto do deputado Rossoni, que

está fazendo um aparte, aqui; o projeto do deputado Hermas Brandão, que ajuda em muito a questão da industrialização. Nós mesmos derrubamos um veto, com parecer contrário na Secretaria da Agricultura - esses dias, aqui-, da agroindústria.

O que falta é uma prioridade maior, em termos da nossa agricultura - quem sabe é uma questão de entendimento, que podemos discutir.

Quero parabenizá-lo, deputado Cezar Silvestri, porque quando foi discutida essa questão do calcário, V. Exa., de pronto, determinou a acolhida de sugestão que não é minha - não é do deputado Zucchi. Tenho certeza, que mais de dez, quinze deputados, falaram a V. Exa., porque, aqui, a maioria dos deputados representa o interior e sabe o que significa isso para os nossos agricultores.

Estamos chegando em uma época pré-eleitoral e temos que ter uma serenidade e uma coerência naquilo que se faz e naquilo que se diz. Nós, aqui, não só eu, porque sou engenheiro agrônomo, ligado ao setor, todos os deputados deram sempre a demonstração de boa vontade e de apoio nas questões da nossa agricultura. Acho que se for para discutir as questões daquilo que está sendo realizado ou que não foi realizado, algumas coisas que os agricultores estão pedindo no Paraná, podemos conversar de forma aberta.

Parabéns a V. Exa.

V. Exa. demonstra apoio quando, aí sim, no orçamento determina, acolhe, com o apoio de todos os deputados, a colocação de uma emenda, para aquisição de calcário para agricultores. Aí sim, é dar prioridade aos nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado, pelo aparte.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Cezar Silvestri, acho que o que está faltando ao secretário da Agricultura, é coerência. Nós acompanhamos, e V. Exa. acompanha muito melhor, por ser o relator do orçamento - acredito que no terceiro ano e quarto ano, como presidente, tenho certeza que V. Exa. pode dar um depoimento, de que em nenhum momento a Assembléia alterou o orçamento, diminuindo a verba orçamentária da Secretaria da Agricultura. O secretário da Agricultura que, nesse momento, transforma as suas ações em discurso político, na Secretaria da Agricultura; segundo o que estou sabendo ele faz um discurso de oposição, na Secretaria da Agricultura. Se ele tivesse coerência, teria que ter pedido demissão, para fazer esse discurso. E, depois, fazer uma auto-crítica: se ele não tem prestígio dentro do governo, para influenciar na elaboração do Orçamento, certamente se eu fosse secretário, eu me demitiria.

Em todas as vezes, que veio para esta Casa, foi aprovado o Orçamento do Executivo. Certamente o secretário deve ter tido conhecimento dos números que

veio para esta Casa. Nunca esta Casa diminuiu o orçamento da Secretaria da Agricultura.

Então, na grande verdade, se hoje a fatia da Secretaria é pequena é por incompetência e por falta de influência do secretário da Agricultura! Cada pessoa que exerce um cargo, dimensiona esse cargo pela sua competência, e pelo que estou observando o secretário Poloni está dimensionando a sua Secretaria pelo tamanho da sua competência, e pelo jeito é o que está faltando porque ele não teve capacidade de influenciar quem planeja e quem faz orçamento por parte do Executivo para que a agricultura tivesse um quinhão maior, porque certamente ele teria apoio aqui nesta Casa.

Nós poderíamos citar aqui dezenas de exemplos, mas no dia de amanhã o governador Jaime Lerner estará sancionando a lei que reduz a alíquota do ICMS de 12 para 7%, dos derivados do leite.

Espero que amanhã o secretário da Agricultura vai ter uma grande oportunidade, aonde eu convido a todos os deputados e vai ter lá centenas de agricultores presenciando a sanção desse projeto.

Espero que o secretário da Agricultura faça a *mea culpa* e peça desculpas pelas palavras que disse, porque não tenho nenhuma dúvida que cada pessoa faz da sua competência a dimensão do seu cargo.

Obrigado!

O Sr. Eli Ghellere

Eu só queria me somar à posição de V. Exa e meus pronunciamentos já feitos aqui na Assembléia, e dizer que realmente o secretário da Agricultura comete um grande deslize em dizer que a Assembléia Legislativa não está se preocupando com a agricultura do Paraná.

Estou no primeiro ano de mandato, é a primeira experiência como deputado estadual, mas eu nunca vi uma Assembléia se preocupar tanto com as ações da agricultura como essa.

Tivemos aí a Lei do ICMS de autoria do presidente Hermas Brandão, temos agora a CPI do Leite, temos também a lei do ICMS dos produtos derivados de carne, bovinos e suínos, todas as ações nossas aqui independente de o deputado ter vínculo direto com a agricultura, todas as ações nossas sempre foram no sentido de amparar esse setor, que é tão importante para nós.

Então quero me somar ao pronunciamento de V. Exa. e também colocar o meu repúdio particular nas declarações do secretário da Agricultura.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Cezar Silvestri, se tem alguém que não tem como falar que é do ramo e querer representar esse setor, é precisamente o secretário da Agricultura, visto que a sua indicação para a pasta não se deveu em hipótese alguma ao convívio do mesmo com setores de produção do Estado.

A indicação dele foi totalmente afastada desse processo.

Ora, se analisarmos que hoje o Governo Jaime Lerner é um dos governos que mais construiu, em termos de obras realizadas no interior do Estado, Capital, etc, que não está nos patamares que deveria estar, se deve a que escolheu secretários no nível do secretário da Agricultura, que está prestes a sair porque é candidato.

Se analisarmos o passado do Estado, lembramos com saudades do Governo Paulo Pimentel. Por quê? Porque o governador Paulo Pimentel conseguiu ter no seu secretariado, pessoas de grande expressão, ao ponto que até hoje ainda se fala no governo de Paulo Pimentel depois de tantos anos, a prova está aí, estão buscando para que ele volte ao cenário da política, porque tinha realmente um secretariado à altura; com Jayme Canet, também tivemos secretário à altura. O próprio José Richa teve expressões, claro, que o Governo Jaime Lerner teve secretários também de pujança. Está aí a expressão hoje, do presidente da Assembléia que foi secretário da Agricultura, e que deixou uma marca no interior, que é a volta do café.

Se procurarmos saber qual a marca que o Sr. Poloni deixou à frente da Secretaria da Agricultura, é meramente palavras como essa que ele anda proferindo aí.

É lamentável, é uma barbaridade que o Governo do Estado deixa um secretário atingir companheiros dele aqui na Assembléia, pois estamos aqui dando sustentação ao Governo do Estado, e recebemos uma resposta, através do Palácio, que vai continuar prestigiando secretários de Estado que sempre que podem, ficam atirando contra nós que aqui estamos defendendo o Governo do Estado.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento oportuno.

Daqui a pouco é o secretário da Saúde, também candidato, dizendo que precisa ter um deputado na Assembléia para poder vacinar as crianças. E outros e outros secretários vão querer dizer que têm que ser deputados para representar a secretaria que eles lá estão.

Foram realmente uns sete anos de tristeza, alguns secretários, que ocuparam a secretaria, principalmente o Sr. Poloni.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quero agradecer a todos os deputados que me apartearam contribuindo muito com o meu pronunciamento.

Lamento as declarações do secretário Poloni, até porque o direito dele em ser candidato a deputado estadual está assegurado na Constituição.

Acredito que ele já deve ter conquistado o seu espaço, até porque é secretário há muito tempo numa das pastas mais importantes, e para que ocupe esse espaço, acho que não há necessidade nenhuma de agredir a Assembléia Legislativa, porque nos dá o direito de replicar essas críticas.

Não lembro, e se alguém puder me contradizer de que o secretário Poloni esteve na Assembléia Legislativa uma única vez, ou na Comissão de Agricultura, ou aqui

no Plenário solicitando o nosso apoio para que aumentássemos os recursos no orçamento, ou na própria Comissão, para que apresentássemos um projeto de lei, que beneficiasse o pequeno, o médio, o grande agricultor no Estado do Paraná.

Em nenhuma vez eu vi o secretário vir a esta Casa fazer solicitações para que nós o auxiliássemos.

Agora, se realmente ele está preocupado com a agricultura e a pecuária do Estado do Paraná, não podemos aceitar e, também, no mesmo artigo, logo embaixo fala que nós, provavelmente, vamos perder uma das maiores conquistas que a pecuária paranaense conseguiu - principalmente graças ao empenho do ex-secretário Hermas Brandão, da Agricultura, que foi do Paraná estar livre da febre aftosa com vacinação - por falta de funcionários. Vinte e seis médicos veterinários já passaram no concurso público e não foram até hoje chamados.

Não vi, uma vez, o secretário Poloni fazer uma crítica ao Governo do Estado, ao secretário da Administração pela falta de contratação. Nessa matéria dizia: se não tivérmos o acompanhamento dos médicos veterinários, talvez percamos esse grande avanço.

Dizia-me o deputado Orlando Pessuti, que faz um brilhante trabalho frente à presidência do Bloco Agropecuário desta Casa, que trinta e quatro médicos veterinários passaram no concurso público do Ministério da Agricultura. Trinta e quatro médicos veterinários do Estado do Paraná passaram na primeira fase, e se esses médicos pedirem demissão realmente, a agropecuária paranaense entrará no caos.

Não vimos uma única ação por parte do secretário Poloni, como também não vimos uma única ação, uma única palavra do secretário Poloni, sobre a elevação do custo dos produtos agrícolas do Estado do Paraná, a completação do pedágio. E 4% do custo de produção da nossa agricultura ficou onerado com a implantação do pedágio. Se olharmos o principal insumo, principalmente para a pequena e média empresa, que é o calcário, tivemos a elevação do custo de mais de 20%, com a implantação do calcário. Não vimos o secretário Poloni fazer qualquer crítica.

Ele não tem autoridade para criticar a Assembléia Legislativa, e como disse, não visto a carapuça, até porque tenho em meus mandatos mais de cinco leis, que foram sancionadas em prol da agricultura e diversos outros projetos que, infelizmente, não tivemos o mesmo sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo. Deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente e senhores deputados.

Primeiramente queria dizer-lhes que na última sexta-feira, na cidade de Maringá, os produtores, agropecuaristas, associados do meio produtivo de Maringá e de

toda a região, entregaram ao presidente desta Casa de Leis, deputado Hermas Brandão, o título de sócio benemérito, uma homenagem pelo seu trabalho em defesa da classe produtora do Estado do Paraná, principalmente pela defesa, quando Hermas Brandão era secretário da Agricultura, ao iniciar o processo em 95, que tornou o Paraná um Estado livre da febre aftosa, ocasionando com isso, senhores deputados, o retorno de inúmeros frigoríficos que estavam fechados na região Noroeste do Estado do Paraná, gerando mais empregos e mais tributos para todo o nosso Estado. Ali, representado pelas cooperativas, Dr. Luiz Lourenço, presidente da Cocamar, Ágide Meneghetti, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e sociedades rurais da região.

Então, foi um momento importante para esta Casa de Leis, por termos nosso companheiro, presidente da Casa, sendo homenageado na cidade de Maringá por todo o meio produtivo da região. Achamos que todos os homens públicos, todos os políticos que puderem incentivar o meio produtivo, estão gerando ali empregos, tributos, e fortalecendo o nosso Estado, fortalecendo o nosso País.

Quero dizer também, senhores deputados - o que nos faz usar esta tribuna, até no Horário da Liderança do Governo - nós tivemos no Palácio Iguaçu uma cerimônia, há minutos atrás, entre o governador do Estado do Paraná, secretário de Indústria e Comércio, Eduardo Ciarra, o prefeito de Maringá, José Cláudio e inúmeras lideranças do município de Maringá, onde foi assinado um protocolo de intenções, para a instalação imediata de uma empresa em Maringá. Uma grande empresa, Hold Indústria Química (*sic*), a qual irá gerar 500 empregos diretos e aproximadamente dois a três mil empregos indiretos. Um investimento de 72 milhões de reais. É uma empresa de grande porte na cidade de Maringá, onde teve a união, todo o apoio do Governo do Estado, juntamente com as entidades de classe de Maringá, que se fizeram representar: Associação Comercial, Conselho de Desenvolvimento de Maringá e o prefeito da cidade de Maringá, mostrando ali uma grandeza, que o mais importante para a comunidade da cidade de Maringá, é a geração de riquezas, juntando na mesma mesa o governador do Estado e o prefeito, que mesmo sendo do PT demonstrou, ali um posicionamento importante para toda a comunidade de Maringá. Estávamos lá, como deputado estadual juntamente com o companheiro de Maringá, deputado Divanir Braz Palma e todas as lideranças de lá. E ali, senhor presidente e senhores deputados, iniciou-se um novo processo, do incentivo fiscal que o Governo tem dado a todas as empresas do Estado do Paraná, pelos números da Secretaria da Indústria e Comércio e pelos números da Secretaria do Trabalho, 75% dos empregos gerados, estão sendo gerados no interior do Estado do Paraná. E na região de Maringá nós já tivemos grandes empresas se instalando, mas essa hoje se instalando, dará um grande salto de desenvolvimento industrial na cidade de Maringá, bem como em toda a região está tendo um

grande fortalecimento e um grande desenvolvimento até pela grande vantagem desta Casa de Leis ter aprovado a Lei Brandão, que dá um grande incentivo. Do outro lado nós estamos tendo a instalação de indústrias de grande porte, como essa hoje na cidade de Maringá com um investimento de 72,5 milhões de reais, que é aproximadamente 70% do orçamento do município de Maringá.

E aquilo que é importante para todos nós é que com essa indústria nós teremos outras indústrias se instalando junto, gerando aquilo que nós mais precisamos: empregos e ao mesmo tempo tributos.

Por quê? Porque a atração desses investimentos em nenhum deles ocorreu isenção de tributos, e sim uma postergação do prazo de ICMS.

Então, é um momento importante para a cidade de Maringá e um momento importante para esta Casa de Leis.

Obrigado a todos.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, na condição de presidente da CPI da Sanepar, eu quero, evidentemente que farei oficialmente, mas desde logo anunciar, à Casa, para que a Comissão possa se reunir amanhã, após a Sessão Plenária, na Sala das Comissões para uma reunião para ouvir o relator, deputado Ricardo Chab, sobre o relatório.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, na condição de um dos articuladores e propositores da CPI do Leite e dos Alimentos, eu gostaria de encarecer à Mesa que fornecesse às lideranças partidárias os critérios pelos quais serão indicados os representantes de cada Partido, para que possamos, ainda hoje, articular com todas as Bancadas e Blocos e amanhã fazermos a instalação da CPI do Leite e dos Alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encarecemos a todas as lideranças partidárias que ainda não indicaram nome para compor a Comissão Especial instituída pela Assembléia Legislativa, que o façam até o final da tarde, se possível for.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como membro e suplente, para representar o Partido, para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como membro e suplente, para representar o Partido, para participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Zuk, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, na condição de titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 352/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 6.139, que declarou de Utilidade Pública a Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 450/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 450/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede no município de Santa Tereza de Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 471/2001, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional de Impactos Culturais, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2001, de 24/09/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 493/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2001, de 01/10/2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 498/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruralista Nova Canaã - ARNC, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte-PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2001, de 03/10/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 521/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, com sede e foro em Colombo-PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2001, de 15/10/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 565/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para Desenvolvimento da Terceira Idade, com sede e foro no município de Bandeirantes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 160/2001, de 30/10/2001).**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE, MA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Aparecidinha, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 549/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2001, que objetiva instituir o Sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração pública do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 13 (treze), de autoria de diversos deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 02 AO
PROJETO DE LEI Nº 02/2001

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 02/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Sistema de Assistência à saúde será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dará mediante aplicação do programa de assistência à saúde, através de empresas credenciadas para essa finalidade, observados os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração, mantendo em funcionamento os ambulatórios de Curitiba e Londrina”.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho e Chico No-roeste.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Art. 1º - O artigo 3º do Projeto de Lei nº 002/2001, oriundo da Mensagem nº 003/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Sistema de Assistência à saúde será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dá mediante aplicações do programa de assistência médica e hospitalar, através de ambulatorios e serviços próprios, de empresas credenciadas para essa finalidade e convênios com universidades estaduais, hospitais universitários e Santas Casas de Misericórdia.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) MARCOS ISFER, ELI GHELLERE, HERMES FONSECA, ALGACI TULIO, ADEMIR BIER, RENATO GAÚCHO E PASTOR EDSON PRACZYK

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - Fica suprimido o artigo 4º do Projeto de Lei nº 002//2001, oriundo da Mensagem nº 003/2001, que contém a seguinte redação:

“Art. 4º - As condições de funcionamento do Sistema de Assistência à Saúde serão definidas de regulamento a ser aprovado mediante decreto.

Parágrafo Único - O Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais especificará o modelo de assistência, a abrangência e as restrições dos procedimentos médico-hospitalares postos à disposições dos beneficiários pelas instituições credenciadas.”

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ELI GHELLERE, MARCOS ISFER, RENATO GAÚCHO, ADEMIR BIER, HERMES FONSECA, ALGACI TULIO E PASTOR EDSON PRACZYK

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. 1º - O artigo 9º do Projeto de Lei nº 002//2001, oriundo da Mensagem nº 003/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - O Poder Executivo fica autorizado a constituir pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autonomia, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, com a finalidade de gerir mediante contrato de gestão o Sistema de Assistência à Saúde aos Servidores Públicos instituído por esta lei.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) ELI GHELLERE, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO RENATO

GAÚCHO, ADEMIR BIER E PASTOR EDSON PRACZYK

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Acrescente-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 002/2001, com a seguinte redação:

“Art. - O Sistema de Saúde previsto na presente lei, terá fator moderador entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), escalonados conforme faixa salarial, sendo isentos os servidores que possuam vencimentos de até 3 (três) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(aa) HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, ELI GHELLERE, RENATO GAÚCHO, ALGACI TULIO, ADEMIR BIER, PASTOR EDSON PRACZYK, NEREU MOURA, ANTONIO ANIBELLI, MARCOS ISFER, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI E LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 06

Dá nova redação ao inciso V, do artigo 9º, do Projeto de Lei nº 002/2001:

Art. 9º -.....

I -.....

(...)

V- 02 (dois) representantes do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná;

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, ELI GHELLERE, ANTONIO ANIBELLI, RENATO GAÚCHO, NEREU MOURA, ALGACI TULIO MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O fator moderador não pode ser elemento que inviabilize o acesso à assistência à saúde que se pretende, pois o usuário já paga uma prestação mensal para ter acesso ao atendimento e tratamento de saúde, e o fator moderador será um custo a mais que o usuário terá que arcar quando for utilizar o serviço de saúde.

Dessa forma, se faz necessário assegurar que o fator moderador não se torne obstáculo que inviabilize o acesso à assistência à saúde aos servidores menos abastados.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 07

Dá nova redação ao inciso I, do artigo 15, do Projeto de Lei nº 002//2001:

Art. 5º - (...)

Inciso I - Contribuição mensal dos beneficiários, estabelecida em percentual não superior a 2% (dois por cento).

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNIN, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, RENATO GAÚCHO, NEREU MOURA, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa resgatar o percentual de 2% (dois por cento), para a contribuição dos servidores, que, aliás, era o previsto na Lei 12.398/98, que criou o Parana Previdência.

Este percentual apresenta-se mais adequado como contribuição do servidor para com o Sistema de Saúde que se pretende, uma vez que o escalonamento por faixa salarial e número de dependentes acabará por impedir que uma grande parte de servidores façam adesão ao Sistema.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 08

Suprima-se os parágrafos 3º e 4º, do artigo 5º, do Projeto de Lei nº 02/2001.

Art. 5º - ...

(...)

§ 4º - suprimido

§ 5º - suprimido

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, ANTONIO ANIBELLI, ELI GHELLERE, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se faz necessária para excluir do projeto de lei em tela o fator moderador, uma vez que este acabará por inviabilizar o acesso à saúde por parte dos servidores de menor poder aquisitivo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 09

Modifica o parágrafo 5º, do artigo 9º, ficando com a seguinte redação:

Art. 9º - ...

(...)

§ 8º - As decisões Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, cabendo ao presidente o exercício do voto de qualidade, sendo soberanas, não podendo ser revista

por qualquer outro órgão ou autoridade administrativa.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, LUCIANA RAFAGNIN, ELI GHELLERE, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO E PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa assegurar o caráter deliberativo do Conselho Gestor, garantindo soberania a suas decisões, não ficando submetidas a qualquer ato homologatório posterior.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 10

Acrescenta-se novo artigo ao presente projeto de lei, com a seguinte redação:

Art. ° - O Poder Executivo submeterá à aprovação do Conselho Gestor, toda a regulamentação da presente lei, especialmente no que se refere ao Fundo de Assistência à Saúde e ao Sistema de Saúde.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN, ELI GHELLERE, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, ANTONIO ANIBELLI, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A administração dos recursos que compõem o Fundo de Assistência à Saúde deve estar submetida ao Conselho Gestor, com a finalidade de compatibilizar o custeio com as ações propostas no programa de assistência à saúde.

Ademais, a regulamentação da presente lei deve ser submetida ao crivo do Conselho Gestor, uma vez que esta apenas traça as linhas gerais do sistema, sendo de grande relevância a regulamentação, necessitando de uma efetiva participação do Conselho Gestor nesta regulamentação.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 11

Dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 9º, do Projeto de Lei nº 002//2001:

Art. 9º - ...

(...)

§ 2º - Os representantes, a que se referem os incisos V, VI e VII, serão de livre escolha dos sindicatos e entidades representantes dos servidores

públicos estaduais, dentre aqueles usuários do sistema.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, LUCIANA RAFAGNIN, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK, ANTONIO ANIBELLI, ELI GHELLERE, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, RENATO GAÚCHO, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa assegurar que o processo de escolha dos representantes dos sindicatos e demais entidades que comporão o Conselho Gestor do Sistema de Saúde será feito livremente pelas entidades, sem qualquer ingerência externa.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 12

Dá nova redação ao artigo 3º, do Projeto de Lei nº 002//2001:

Art. 3º - O Sistema de Assistência à Saúde será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dará mediante aplicações do programa de assistência médica e hospitalar, através de ambulatorios e serviços próprios, de empresas credenciadas para essa finalidade e convênios com Universidades estaduais, Hospitais Universitários e Santas Casas de Misericórdia.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(a) HERMES FONSECA, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER, ÂNGELO VANHONI, LUCIANA RAFAGNIN, ELI GHELLERE, WALDYR PUGLIESI, ANTONIO ANIBELLI, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se manter a atual estrutura ambulatorial e de serviços próprios de atendimento à saúde pertencentes ao antigo IPE, pois o aproveitamento dessa estrutura representa expressiva redução de custos ao Sistema de Saúde, uma vez que a grande maioria dos servidores estaduais concentram-se na região de Curitiba e Londrina.

Atualmente, a estrutura remanescente do antigo IPE, que fora incorporada à ParanaPrevidências, possui uma capacidade instalada de 40 mil consultas/mês, custo significativamente menor que a compra de serviços na iniciativa privada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 13

Acrescente-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 02/2001, com a seguinte redação:

Art. ... - O Sistema de Saúde previsto na presente lei, não terá qualquer fator moderador.

Sala das Sessões, em 03.12.2001.

(aa) HERMES FONSECA, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO ANIBELLI, ALGACI TULIO, RENATO GAÚCHO, MARCOS ISFER e PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

O fator moderador é elemento que inviabilizará o Sistema de Saúde que se pretende, pois o usuário já paga uma prestação mensal para ter acesso ao atendimento e tratamento de saúde, e o fator moderador será um custo a mais que o usuário terá que arcar quando for utilizar o serviço de saúde.

O impacto será ainda maior nos procedimentos de alto custo, tornando inacessível aos servidores que possuem baixos salários, que, aliás, trata-se da grande maioria.

Ainda, sobre o referido projeto, Parecer da Comissão de Saúde Pública, juntamente com a Emenda Substitutiva Geral da referida Comissão, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 02/2001

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 02/2001, de autoria do Poder Executivo que institui o sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Estado do Paraná bem como a Policiais Militares da ativa, da reserva remunerada e reformados e adota outras providências, no entender dessa Comissão, prescinde de alterações fundamentais.

Assim sendo, manifesta-se com parecer Favorável, em conformidade com a Emenda Substitutiva Geral desta Comissão Permanente de Saúde.

Sala das Comissões, em 26.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE AO PROJETO DE LEI Nº 02/2001

Art. 1º - Fica instituído o sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná, bem como aos Policiais Militares do Estado ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes.

Parágrafo Único - O ingresso no sistema de que trata esta lei, será facultativo, mediante Termo de Adesão.

Art. 2º - São beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde, de que trata esta Lei:

I - Na condição de titular, os servidores ativos, inativos e pensionistas, os policiais militares ativos, da reserva remunerada e reformados;

II - Na condição de dependentes:

a. cônjuge, a companheira, o companheiro;

b. o filho não emancipado, menor de 21 anos ou definitivamente inválido ou incapaz;

c. os filhos que estejam matriculados em estabelecimento de ensino superior, oficial ou reconhecido, se menores de 25 anos, solteiros e sem renda;

§ 1º - A perda da condição de servidor público, ativo, inativo ou pensionista, policial militar ativo, da reserva ou reformado, implicará no cancelamento automático da adesão ao Sistema de Assistência à Saúde.

§ 2º - Fica autorizada a Parapreviênciã a efetuar o repasse das contribuições relativas aos servidores inativos e pensionistas, policiais militares ativos, da reserva e reformados para custeio do Sistema de Assistência à Saúde, após a assinatura pelo servidor do correspondente Termo de Adesão ao Sistema.

Art. 3º - O Sistema de Assistência à Saúde será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dará mediante aplicação do programa de assistência os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 4º - As condições de funcionamento do Sistema de Assistência à Saúde serão definidas através de regulamento a ser aprovado mediante decreto.

Parágrafo Único - O regulamento do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais especificará o modelo de assistência, a abrangência e as restrições dos procedimentos médico-hospitalares postos à disposição dos benefícios pela instituição credenciada, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Deliberativo, criado por esta lei.

Art. 5º - O Sistema de Assistência à Saúde será custeado pelas seguintes fontes de receita:

I - contribuição mensal dos beneficiários, estabelecida conforme faixa salarial e número de dependentes;

II - repasse mensal do Tesouro Estadual no montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

III - recursos provenientes da renda de aplicações no mercado financeiro do Fundo de Assistência à Saúde, referido no *caput* do artigo 8º desta Lei, na forma da legislação vigente;

IV - outros recursos eventuais.

§ 1º - O valor previsto no inciso II desse artigo, deverá ser corrigido de acordo com os índices fixados pela Agência Nacional de Saúde - ANS para correção dos planos de saúde;

§ 2º - O aumento da mensalidade do Plano de Saúde somente poderá ocorrer quando o servidor público

tiver aumento salarial em percentual equivalente ao aumento da mensalidade;

§ 3º - Ocorrendo o aumento da mensalidade sem que ocorra o aumento salarial do servidor público, o valor referente a esse aumento será pago pelo Tesouro Estadual;

§ 4º - Em caso de internamento em Unidade de terapia Intensiva (UTI), o servidor pagará R\$30,00 (trinta Reais) por dia de permanência na Unidade, não ficando sujeito ao pagamento do fator moderador para Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento (SADT);

§ 5º - O valor previsto no § 4º desse artigo, será corrigido de acordo com os índices fixados pela Agência Nacional de Saúde - ANS para correção dos planos de saúde.

Art. 6º - As transferências do valor das contribuições, de que trata este artigo, deverão ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência.

Art. 7º - O custeio do Sistema será avaliado atuarialmente numa periodicidade não superior a 12 (doze) meses ou sempre que se fizer necessário, a cada alteração de plano ou desvio de sinistralidade.

Art. 8º - Fica criado o Fundo de Assistência à Saúde com a finalidade de concentrar os recursos destinados à prestação de serviços de assistência médica e hospitalar, mediante a aplicação em despesas correntes e de capital.

§ 1º - O Fundo de Assistência à Saúde, instrumento de natureza contábil de repartição de capital e de cobertura, com conta específica para movimentação dos recursos, vedada a transferência dos mesmos para outra finalidade, tendo como fontes de receita, as mencionadas no artigo 4º desta lei.

§ 2º - O Poder Executivo, mediante Decreto, disciplinará a matéria constante deste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e legislação complementar.

Art. 9º - Fica criado o Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde, como órgão colegiado de orientação e deliberação superior do referido Sistema, o qual será constituído pelos seguintes membros:

I - o Secretário de Estado da Administração e da Previdência, na qualidade de Presidente;

II - o Diretor do Departamento de Assistência à Saúde;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - 01 (um) representante do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná;

VI - 01 (um) representante dos servidores públicos inativos e pensionistas;

VII - 01 (um) representante dos policiais militares, escolhidos dentre os militares de ativa, da reserva remunerada e reformados.

§ 1º - Os representantes a que se referem os incisos III e IV serão indicados pelos respectivos Secretários de Estado.

§ 2º - Os representantes, a que se referem os incisos V, VI e VII serão eleitos pelos sindicatos e entidades representantes dos servidores públicos estaduais, dentre aqueles usuários do sistema, de acordo com regulamentação a ser expedida pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

§ 3º - As indicações serão feitas no prazo máximo de 30 dias:

I - a contar da comunicação, formalizada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, aos órgãos, instituições e interessados legitimados para a escolha, no tocante à primeira composição do Conselho Deliberativo;

II - antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores, nas composições subsequentes.

§ 4º - Havendo recusa ou falta de indicação de representantes para o Conselho Deliberativo, caberá ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência designar um servidor usuário do Sistema de Saúde para exercer as funções interinamente.

§ 5º - Para poder integrar o Conselho Gestor, os indicativos, servidores públicos ou militares, deverão contar com, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício e cargo público.

§ 6º - Os membros do Conselho serão nomeados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por uma vez, não sendo remunerados pelo exercício da função de conselheiro, considerado como relevante serviço prestado ao Estado.

§ 7º - Os conselheiros perderão o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial ou administrativa, que gere incompatibilidade com o exercício da função.

§ 8º - As decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo serão pela maioria simples dos votos de seus membros, reservados ao Presidente o exercício do voto de qualidade, devendo ser homologadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - Fica criado o Departamento de Assistência à Saúde, no nível de execução programática da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para gerir o Sistema de Assistência à Saúde instituído por esta lei.

Parágrafo Único - A estrutura e competência desse Departamento serão regulamentadas mediante decreto.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia com sede e foro no município de Curitiba/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2001, que aprova Crédito Suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2001, de autoria da deputada Luciana Guzella Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Assesoar- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no município de Francisco Beltrão-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 520/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Linha São Luiz do Município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública e Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná, com sede e foro no município de Paranaguá. PARCER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que concede o título de cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Luc Alexandre Menard. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 13.212 de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à Legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. SUBSTITUTIVO DA CCJ. COM PARECER FAVORÁVEL. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 381/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou, na proposta apresentada, nenhum impedimento para a sua normal tramitação, no aspecto legal, constitucional ou regimental.

Entretanto, estamos apresentando uma Emenda Substitutiva à proposição para melhor definir os meritórios objetivos do autor, estabelecendo o não encerramento da fase de diferimento do recolhimento do ICMS na saída de couro de gado bovino, bubalino e suíno, quando da saída do estabelecimento abatedor, a fim de que o produto possa chegar diferido aos estabelecimentos industrializadores, aumentando, assim, a competitividade do setor.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 381/2001, na forma da Emenda Substitutiva em anexo,.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 381/2001

Art. 1º - O inciso III do artigo 3º da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - a saída dos subprodutos da sua matança, exceto couro, sendo que, em relação a este, ocorrerá o encerramento da fase de diferimento na saída com destino a outro Estado, ao exterior ou do produto resultante da sua industrialização”.

Art. 2º - Ficam acrescentados o § 5º ao artigo 2º, o § 4º ao artigo 4º, e o § 4º ao artigo 6º, todos da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, com a seguinte redação:

“§ 5º - O benefício previsto no § 2º deste artigo não se aplica às operações de saída destinadas ao exterior.”

.....

“§ 4º - O benefício previsto neste artigo não se aplica às operações de saída destinadas ao exterior.”

.....

“§ 4º - O benefício previsto no § 1º deste artigo não se aplica às operações de saída destinadas ao exterior.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de março de 2001, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Sérgio Spada, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

A emenda substitutiva é necessária para correção técnica da proposta original que altera dispositivo da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, estabelecendo o não encerramento da fase de diferimento do recolhimento do ICMS na saída de couro de gado bovino e suíno, quando da saída do estabelecimento abatedor, a fim de que o produto possa chegar diferido aos estabelecimentos industrializadores, aumentando, assim, a competitividade do setor.

E ainda, principalmente, para efeito de estabelecer que não se aplica o benefício do crédito outorgado nas operações de saída destinadas ao exterior, tendo em vista não haver tributação nessas operações.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 381/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, objetiva dar nova redação ao disposi-

tivo da Lei nº 13.212, de 29.06.2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências.

Podemos observar a existência de parecer favorável, com Emenda Substitutiva da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação. Por outro lado, destaque-se que a própria Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se favoravelmente à aprovação da matéria.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS (fica acrescida alínea “e” ao inciso III, do artigo 14). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 154/2001, de 23/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, acrescentando a alínea “e” no inciso III, do artigo 14.

O artigo 14, inciso III da Lei nº 11.580/96 assim dispõe:

“Art. 14 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

omissis

III - alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com:

omissis”

Conforme emenda oferecida pelo próprio autor, o projeto pretende inserir nos produtos com alíquota de 7% (sete por cento) a areia e o saibro para construção civil.

A proposição está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais, não havendo óbice para sua tramitação.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 547/2001

P A R E C E R :

Altera a alínea “e” que foi acrescida ao artigo 14, da Lei nº 11.580, constante do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 547/2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Art. 14 - ...

III - ...

e) areia e saibro para construção civil”.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoio: 01 ilegível.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 547/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Cesar Seleme, altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, acrescentando alínea “e” ao inciso III do artigo 14.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no tocante à constitucionalidade e à legalidade.

Chamada esta Comissão a opinar, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende este relator seguir o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça, emitindo parecer favorável na forma da Emenda Aditiva apresentada.

Cabe-nos ressaltar que, embora o Estado venha a ter a sua arrecadação tributária referente ao ICMS diminuída devido à proposta apresentada, é importante frisar o relevante mérito da matéria, já que, reduzindo-se a alíquota do ICMS da areia e do saibro para construção civil, com certeza irá atenuar o déficit habitacional do Paraná, em que principalmente as classes mais carentes de nossa sociedade serão beneficiadas.

Assim sendo, entendemos que o projeto em análise está apto a seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, pelo que é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4117, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ângelo Vanhoni, constante do expediente.

Rejeitado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Anibelli**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

48 (quarenta e oito) senhores deputados responderam à chamada.

Há quórum para votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Solicito aos senhores deputados que dirijam-se aos seus lugares para que possamos fazer a contagem.

17 (dezessete) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

22 (vinte e dois) senhores deputados.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, na realidade é para fazer uma solicitação à Mesa, dos professores do Estado do Paraná, representados pelo seu Sindicato - APP. A secretária de Estado baixou uma resolução que, no entendimento da entidade e diversos professores, traz problemas, restringindo, inibindo, praticamente acabando com a possibilidade de um ensino noturno de complementação do ensino fundamental, do ensino médio nas escolas do Estado do Paraná.

A solicitação que se faz, mesmo o regime de urgência sendo derrotado no Plenário, é de que V. Exa. procure colocar em votação esse projeto, ainda este ano, porque senão pode prejudicar, e muito, no ano que vem, as escolas noturnas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos atender à solicitação de V. Exa. e temos um compromisso, inclusive, com muitos municípios de revertermos essa situação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 4131, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 55 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4133, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Vamos votar contra esse pedido de regime de urgência, pelo seguinte: apresentamos várias Emendas, e esse problema tem sido discutido, e existem contrariedades.

Existem treze emendas que foram apresentadas hoje.

Exatamente! Não sei por que estão pedindo regime de urgência! Estamos sendo condescendentes; aprovamos as solicitações de urgência que a Liderança do Governo fez.

Agora, nessa questão para se tratar o Projeto de Lei nº 002/2001, que trata da Mensagem Governamental que institui Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos, nós queremos, pelos menos ter um fôlego para analisarmos em mais profundidade as Emendas que estamos apresentando.

Então, se V. Exa. persistir no pedido de urgência, eu solicito aos deputados de Oposição, que abandonem o Plenário!

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Deputado Waldyr Pugliesi, entendo a preocupação do nobre deputado, mas o nosso regime de urgência busca só assegurar neste momento, o acordo que foi firmado entre a Liderança da Situação e a Liderança da Oposição, de que votaríamos hoje, em segunda, recebendo todas as Emendas, como todos nós sabíamos que essas Emendas entrariam, iriam para a CCJ na terça-feira, para que pudessem voltar na Ordem do Dia de quarta-feira.

Se nós não requerermos a urgência, neste momento, com toda certeza, o projeto poderá ser protegido na CCJ, por vistas que algum parlamentar poderá requerer e inviabilizará a votação neste período legislativo, haja vista que concluiremos o período legislativo no dia 13 de dezembro.

Razão pela qual, a urgência é justamente para que possamos assegurar aos servidores públicos do Estado do Paraná, o direito para que eles possam ter essa garantia do seu Plano de Saúde.

É essa a razão que estamos querendo a urgência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Mas V. Exa. há de convir que não se corre o risco de se chegar à data limite sem a análise e votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, retiro o regime de urgência, para evitar que a Sessão caia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimentos n°s 4090, 4091 e 4098, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4092 e 4093, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4094 e 4097, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4095, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **À Presidência da Comissão Especial de Investigação para as devidas providências.**

Requerimento n° 4096, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4099 a 4102, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4105 e 4106, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4107 e 4108, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4111, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4113, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4118 a 4124, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4126 a 4129, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4130, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4132, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do senhor deputado Luiz Carlos Zuk. Indica o deputado Augustinho Zucchi para a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. Acho que é a do leite. E o Eli Ghellere como suplente.

Faço a solicitação aos demais Partidos, aqui nesta Casa, que indiquem imediatamente, hoje ainda. E informo ao deputado Luiz Carlos Zuk que não pode indicar o deputado Augustinho Zucchi, porque ele faz parte da Comissão Executiva.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Então inverta e coloque o Eli Ghellere.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Eli Ghellere como titular e deputado Luiz Carlos Zuk como suplente.

E solicito aos demais partidos para que façam a indicação, que pretendemos instalar essa Comissão urgentemente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, se não me falha a memória...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo aos senhores deputados que haverá uma Sessão Extraordinária.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Esta Comissão é composta por onze membros.

Os partidos pequenos, e o PPS inclui-se entre eles, normalmente tem sido feito sorteio. É isso? Ou com onze membros assegura a todos os Partidos a participação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São três sorteios.

O SR. CEZAR SILVESTRI

E quando nós fariamos esse sorteio?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar ao vice-presidente que instale amanhã.

Faça o sorteio e já instale amanhã.

O SR. CEZAR SILVESTRI

O sorteio seria feito hoje, então?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Poderia ser feito hoje.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu faria uma solicitação. Se os demais Partidos pequenos não tivessem interesse em participar, eu, até como membro do Bloco Agropecuário, pediria se poderia liberar para o PPS participar como um dos membros.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

O Partido Social Liberal indica o nobre parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O PSL indica o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

E o PPS também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. será indicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381, 489, 520, 525, 547, 550 e 573/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 426/99, 274/2000, 113, 191, 358 e 548/2001.

Lavanta-se a Sessão.